

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO ESCOLA DE
CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICA

MARICEL AUER

A CONTRIBUIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA REDUÇÃO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL EM GUARATUBA, PR

GUARATUBA

2025

MARICEL AUER

**A CONTRIBUIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA REDUÇÃO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL EM GUARATUBA, PR**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr². Joaquim Olinto Branco
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Praxedes dos Santos

GUARATUBA

2025

MARICEL AUER

**A CONTRIBUIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA REDUÇÃO DA
VULNERABILIDADE SOCIAL EM GUARATUBA, PR**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovado em ____ de _____ de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr². Joaquim Olinto Branco
UNIVALI

Co-Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Praxedes dos Santos
UNIVALI

Prof.
Instituição

Prof.
Ins

Que a força, a fé e o foco nos acompanhem em todas as caminhadas
rumo aos nossos objetivos. Acreditando no potencial, mantendo a
determinação e nunca perdendo a esperança. Assim somos capazes de
conquistar tudo o que desejamos!

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a Deus, fonte de toda força, amor e sabedoria. Agradeço por cada dia, por cada oportunidade de crescimento e por todas as bênçãos que tenho recebido, mesmo nos momentos de desafio. Sua presença constante me dá esperança e coragem para seguir em frente, confiando que tudo acontece no tempo certo e que sou guiado por um propósito maior.

Sou também grata pela energia positiva que o universo nos oferece, que nos ajuda a manter a esperança, a motivação e a fé em dias melhores. Essa energia nos impulsiona a seguir em frente, a acreditar que tudo é possível quando temos pensamentos e sentimentos de amor, gratidão e otimismo.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (PMGP), os quais, com seus conhecimentos, permitiram que eu tivesse um olhar mais aprofundado sobre o tema.

À Profa. Dra. Fabiane Fisch, pela orientação nas etapas iniciais, importante para o percurso desta pesquisa.

Com imensa gratidão, registro meu reconhecimento aos professores que caminharam comigo na etapa final desta pesquisa. Ao orientador Prof. Dr. Joaquim Olinto Branco e ao Prof. Dr. Carlos Roberto Praxedes dos Santos, agradeço pelo apoio, pela escuta atenta e pelas contribuições preciosas que ajudaram a fortalecer e realmente dar forma a esta dissertação.

À Profa. Dra. Maria Glória Dittrich, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão de Políticas Públicas, deixo meu especial agradecimento. Seu discernimento, sua orientação cuidadosa, seu incentivo e sua confiança no meu trabalho foram fundamentais para que eu tivesse segurança e determinação ao final deste percurso acadêmico.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas especiais que Deus colocou ao meu redor. Cada uma delas contribui de uma forma única para minha jornada, trazendo alegria, apoio, compreensão e inspiração. São amigos, familiares, colegas e até mesmo aqueles que, de alguma forma, ensinam lições importantes. Sua presença ilumina meus dias e fortalece minha fé na bondade humana.

A todos vocês, meu sincero agradecimento. Que possamos continuar espalhando amor, positividade e esperança, sempre confiando que dias melhores estão por vir. Que Deus abençoe a todos abundantemente, e que a energia do universo continue nos guiando rumo à realização dos nossos sonhos.

“Quando me atrevo a ser poderosa, a usar minha força ao serviço da minha visão, o medo que sinto se torna cada vez menos importante”.

Audre Lorde

RESUMO

A crescente complexidade das necessidades sociais, associada à persistência de elevados índices de desigualdade e desemprego, reforça a urgência de políticas públicas que não apenas assegurem suporte imediato, mas também promovam a capacitação e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos. Neste contexto, este estudo teve como objetivos identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários, descrever as ações realizadas pelo Centro de Capacitação e Geração de Renda, desenvolver um modelo de web template para ampliar o acesso e o acompanhamento das capacitações, além de propor uma tecnologia social de formação permanente e de incubação de empreendimentos populares voltada aos egressos. O percurso metodológico adotado foi de caráter descritivo e natureza mista, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos. Para tanto, recorreu-se à análise documental — baseada em relatórios administrativos, cadastros institucionais e dados do Cadastro Único — e à pesquisa bibliográfica, que sustentou teoricamente a discussão a partir da literatura sobre políticas públicas, inclusão produtiva e geração de renda. Os resultados demonstram que o programa atende majoritariamente mulheres em idade produtiva, oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social, para as quais os cursos ofertados representam oportunidades concretas de geração de renda e fortalecimento da autonomia. Contudo, foram identificadas fragilidades no acompanhamento pós-formação e na integração dos egressos em redes de apoio e de comercialização. Conclui-se que o Centro de Capacitação e Geração de Renda configura-se como um arranjo relevante de inclusão socioprodutiva, cuja efetividade pode ser ampliada por meio da implementação de uma tecnologia social de formação permanente.

Palavras-chave: CECAGER; qualificação profissional; geração de renda; tecnologia social.

ABSTRACT

The growing complexity of social needs, combined with the persistence of high levels of inequality and unemployment, highlights the urgency of public policies that not only provide immediate support but also foster skills development and the strengthening of individual autonomy. In this context, the present study aimed to identify the socioeconomic profile of beneficiaries, describe the actions carried out by the Training and Income Generation Center, develop a web template to expand access to and monitoring of training activities, and propose a social technology for permanent training and the incubation of popular enterprises directed at program graduates. The methodological approach was descriptive and of a mixed nature, combining qualitative and quantitative procedures. Document analysis was conducted using administrative reports, institutional records, and data from the Unified Registry (CadÚnico), along with bibliographic research that provided theoretical support for the discussion based on the literature on public policies, productive inclusion, and income generation. The results show that the program primarily serves women of working age from families in situations of social vulnerability, for whom the courses offered represent concrete opportunities for income generation and the strengthening of autonomy. However, weaknesses were identified in post-training follow-up and in the integration of graduates into support and commercialization networks. It is concluded that the Training and Income Generation Center constitutes a relevant arrangement for socioproductive inclusion, whose effectiveness can be enhanced through the implementation of a social technology of permanent training.

Keywords: CECAGER; professional qualification; income generation; social assistance; social technology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada do CECAGER	44
Figura 2 - Sugestão de web template.....	70
Figura 3 - Fluxograma do programa TRANSFORMA - Formação permanente e incubação de empreendimentos populares no CECAGER	71
Figura 4 - Fluxograma - 6 Etapas do TRANSFORMA com indicação dos eixos.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grau de instrução e faixa de renda familiar per capita das famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba com marcação do Programa Bolsa Família referente agosto de 2024.	53
Tabela 2 - Famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba com indicação se estão incluídas no Programa Bolsa Família referente à agosto de 2024.	57
Tabela 3 – Quadro comparativo CECAGER e programas de qualificação.....	72
Tabela 4 - Cursos desenvolvidos no CECAGER nos anos de 2023 e 2024.....	63
Tabela 5 - Investimento realizados nos cursos desenvolvidos no CECAGER nos anos de 2023 e 2024	66
Tabela 6 - Sistematização dos cursos realizados no CECAGER nos anos de 2023 e 2024....	72
Tabela 7 – Resumo do eixo 1: Formação permanente modular - TRANSFORMA.	78
Tabela 8 – Resumo do eixo 2: Serviços de assessoria técnica e mentoria –TRANSFORMA	78
Tabela 9 – Resumo do eixo 3: Encubadora social de empreendimentos populares - TRANSFORMA.....	80
Tabela 10 – Resumo do eixo 4: Feiras de economia solidária e rodadas de negócios - TRANSFORMA.....	81
Tabela 11 – Resumo do eixo 5: Sistema de monitoramento e avaliação - TRANSFORMA..	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CCA	Casa da Criança e do Adolescente
CECAD	Consulta, Extração e Cruzamento de Dados do Cadastro Único
CECAGER	Centro de Capacitação e Geração de Renda
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPROCAMP	Centro de Educação Profissional de Campinas
CMS	Sistema de gerenciamento de conteúdo
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CPES	Centro Público de Economia Solidária
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
TRANSFORMA	Formação Permanente e Incubação de Empreendimentos Populares
FUMEC	Fundação Municipal para Educação Comunitária
GBEN	Gestão de Benefícios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Decentralizada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedor Individual
NOB	Norma Operacional Básica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Estado do Paraná
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEJUF	Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SP	Estado de São Paulo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TABCAD	Tabulador do Cadastro Único
WCAG	Diretrizes Internacionais de Acessibilidade Digital

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização, justificativa e problematização	20
1.2	Pergunta de pesquisa.....	21
2	OBJETIVOS	22
2.1	Objetivo geral.....	22
2.2	Objetivos específicos	22
3	REFERENCIAL TEÓRICO	23
3.1	Políticas públicas de assistência social e qualificação profissional.....	23
3.1.1	A evolução das políticas públicas de assistência social no Brasil	27
3.1.2	A importância da qualificação profissional no combate à pobreza	29
3.2	Geração de renda e inclusão produtiva	31
3.2.1	Conceitos de geração de renda	33
3.2.2	O papel das políticas de geração de renda na redução da vulnerabilidade social.....	34
3.3	Vulnerabilidade social	36
3.4	Cadastro Único.....	41
4	METODOLOGIA.....	43
4.1	Área de Estudo	43
4.2	Abordagem metodológica adotada.....	44
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	52
5.1	Formação permanente e incubação de empreendimentos populares - TRANSFORMA.....	75
5.1.1	Eixos de formação e incubação	76
5.1.2	Descrição das etapas	84
5.1.3	Viabilidade e Exequibilidade.....	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

A persistência da pobreza nas sociedades contemporâneas evidencia um problema de caráter estrutural, profundamente enraizado nas dinâmicas econômicas e sociais, sendo agravada pelo avanço do neoliberalismo (Harvey, 2014). Este modelo econômico, ao defender a retração do papel do Estado na regulação e na implementação de políticas sociais, enquanto expande a lógica de mercado nas diversas esferas da vida social, tem gerado impactos diretos e muitas vezes prejudiciais sobre os sistemas de proteção social, comprometendo sua capacidade redistributiva e universalizante (Behring; Boschetti, 2011). Sob a justificativa de promover eficiência, crescimento econômico e competitividade, o neoliberalismo frequentemente resulta na diminuição dos gastos públicos destinados a programas sociais, além de promover uma crescente desresponsabilização do Estado frente às questões relacionadas à desigualdade, à pobreza e à exclusão social (Cruz, 2018).

No contexto do neoliberalismo, as políticas sociais enfrentam desafios consideráveis, uma vez que esse modelo propõe uma reestruturação da proteção social que coloca a eficiência econômica acima da busca por equidade social. Segundo Harvey (2014), essa abordagem privilegia a redução do papel do Estado na implementação e na gestão de programas sociais, promovendo uma maior dependência do mercado e da sociedade civil para a oferta de serviços essenciais. Essa mudança estrutural tende a fragmentar as políticas sociais, dificultando a coordenação e a universalidade das ações de proteção, além de enfraquecer a capacidade dos sistemas de bem-estar social de fornecer uma assistência abrangente e justa para toda a população. Como apontado por Behring e Boschetti (2011), a lógica neoliberal sustenta-se em uma racionalidade orientada pela austeridade fiscal, pela contenção do gasto público e pela limitação dos direitos sociais, frequentemente em detrimento de políticas universais e solidárias. Esse paradigma, centrado na eficiência econômica, compromete a efetividade das políticas sociais e aprofunda as desigualdades estruturais, dificultando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Cruz (2018) destaca que essa orientação pode resultar na diminuição da proteção social, deixando os mais necessitados ainda mais expostos às vulnerabilidades e às incertezas do mercado.

O modelo neoliberal introduziu uma lógica de gestão que reduz a atuação direta do Estado na garantia dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que favorece a privatização dos serviços públicos e transfere para o indivíduo a responsabilidade pelo enfrentamento das desigualdades. Essa concepção, ao privilegiar a articulação entre Estado, mercado e sociedade civil, resulta em uma estrutura fragmentada das políticas sociais, comprometendo sua

efetividade e dificultando respostas integradas às demandas das populações em situação de vulnerabilidade. Como resultado, observa-se a implementação de ações pontuais e desarticuladas, frequentemente incapazes de promover mudanças estruturais na realidade da pobreza e da desigualdade. Longe de resolver as causas históricas da exclusão social, essa lógica tende a reproduzi-las e até mesmo agravá-las, ampliando as disparidades sociais e obstaculizando a construção de uma sociedade mais equitativa (Behring, 2003; Ianni, 1999).

Essa lógica fragmentada e descoordenada, reforçada pelo foco na eficiência de mercado e na responsabilização individual, tende a negligenciar as causas estruturais das desigualdades sociais, o que contribui para que as políticas públicas implementadas não apenas falhem em enfrentar os problemas sociais, mas também os agravem, tornando-os mais complexos e resistentes a soluções efetivas (Bemfica Junior; Auer, 2024).

Nesse cenário, torna-se essencial compreender a Assistência Social não apenas como política pública de garantia de direitos, mas também como um campo em que se desenvolvem e aplicam tecnologias sociais, entendidas como práticas planejadas e racionais voltadas à transformação da realidade. Esse entendimento está em consonância com a concepção estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que integrou a assistência ao sistema de seguridade social brasileiro. Diferentemente da previdência social, é uma política não contributiva, destinada à proteção de indivíduos em situação de vulnerabilidade, sendo, portanto, um direito do cidadão e dever do Estado (Brasil, 1988). Essa perspectiva rompe com o modelo filantrópico e clientelista que predominava até então, consolidando-se como política universal de proteção social. Como salientam Sposati e Monteiro (2017), essa mudança evidencia a centralidade do campo socioassistencial na promoção da cidadania e na efetivação da equidade.

Nesse marco, a noção de tecnologia social adquire relevância como categoria analítica e prática no campo das ciências sociais aplicadas. Segundo Cupani (2016), a tecnologia deve ser entendida como ação racional, sistemática e planejada, fundada no conhecimento científico e voltada para a transformação de realidades concretas. Sob essa ótica, programas e políticas de qualificação profissional inseridos no âmbito do SUAS configuram-se como tecnologias sociais, pois organizam recursos pedagógicos, técnicos e institucionais para promover inclusão produtiva, emancipação econômica e fortalecimento da cidadania.

Nesse mesmo sentido, Sposati e Monteiro (2017) ressaltam que a Assistência Social, ao ser reconhecida no artigo 203 da Constituição Federal, consolida-se como uma política social fundamentada nos princípios da cidadania e da justiça social, deixando de ser compreendida como favor e assumindo plenamente a condição de direito. Essa concepção integra-se ao marco

mais amplo da seguridade social brasileira, delineado no artigo 194 da mesma Constituição, que representou um avanço histórico ao instituir um conjunto integrado de ações nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social (Brasil, 1988). Entretanto, como destacam Arretche, Marques e Faria (2019), esse avanço convive com as contradições inerentes ao sistema capitalista, na medida em que a seguridade social se torna um campo de disputa entre os interesses da classe trabalhadora — que reivindica a ampliação dos direitos sociais — e o capital, que busca reduzir custos e restringir gastos públicos. Assim, a institucionalização da seguridade social no Brasil revela-se permeada por tensões permanentes entre demandas sociais e imperativos econômicos, especialmente sob a lógica neoliberal, marcada pelo predomínio da racionalidade individualista e pela reestruturação dos sistemas de proteção social, como observa Cotrim Júnior (2021).

Essa tensão também se expressa no princípio da universalidade estabelecido pelo artigo 194 da Constituição Federal de 1988, que, em teoria, garante a todos os cidadãos o acesso igualitário aos direitos de saúde, previdência e assistência social. Na prática, contudo, a efetivação desse princípio enfrenta barreiras estruturais que limitam a concretização da universalidade. Behring (2003) observa que, em contextos de ajuste neoliberal e restrição fiscal, a promessa de equidade constitucional acaba esbarrando em limites impostos pela lógica de contenção de gastos sociais. Nessa mesma linha, Gaiger e Kuyven (2020) destacam que as desigualdades estruturais do sistema capitalista restringem o acesso real às políticas públicas, especialmente para os segmentos mais empobrecidos da população. O caso da saúde pública é exemplar: embora o Sistema Único de Saúde (SUS) assegure constitucionalmente gratuidade, universalidade e integralidade, sua efetividade é comprometida por restrições orçamentárias, subfinanciamento crônico e desigualdades regionais no acesso aos serviços (Giovannella et al., 2019; Paim et al., 2018). Dessa forma, evidencia-se a contradição entre a promessa constitucional de equidade e os limites impostos pelo ajuste neoliberal e pela lógica fiscal restritiva.

Essa lógica de restrição orçamentária e priorização do equilíbrio fiscal também incide sobre o conjunto da seguridade social, comprometendo sua integralidade. A integralidade da cobertura, conforme estabelecido, tem como objetivo enfrentar de maneira abrangente os riscos associados às condições de vida e de trabalho no contexto do capitalismo, buscando garantir uma proteção social que responda às múltiplas necessidades da população (Martins, 1999). No entanto, a dinâmica de produção capitalista frequentemente limita a efetividade desse princípio, uma vez que a previdência e a assistência social precisam operar dentro dos marcos da rentabilidade e da viabilidade econômica.

A descentralização da gestão da seguridade social, por sua vez, é muitas vezes apresentada como estratégia de democratização do acesso e de ampliação da participação cidadã. Contudo, na prática, essa diretriz pode resultar em diluição das responsabilidades e acirramento das desigualdades regionais. Behring e Boschetti (2011) demonstram que, embora a descentralização busque maior autonomia para estados e municípios e a adaptação às especificidades locais, ela também expõe as disparidades de capacidades financeiras, administrativas e políticas dos entes federativos. Assim, o princípio que deveria assegurar equidade pode acabar reforçando desigualdades históricas, dificultando a efetivação de políticas públicas universais.

Apesar desses desafios, a partir da década de 1990, a mobilização dos assistentes sociais foi decisiva para consolidar a assistência social como política pública no Brasil. Esse processo resultou na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que instituiu legalmente a atenção a grupos historicamente vulnerabilizados — famílias em situação de pobreza, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência — e delineou diretrizes para a estruturação da política em todo o território nacional (Alvim, 2004). Pela primeira vez, a assistência social foi regulamentada como direito de cidadania e dever do Estado, rompendo com a lógica assistencialista e benevolente (Brasil, 1993; Souza, 2004).

A LOAS reafirma esse caráter no artigo 1º, ao definir a assistência social como política de seguridade social de caráter não contributivo, destinada a prover condições mínimas para uma vida digna. Já o artigo 2º estabelece objetivos centrais como a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência; e a promoção de sua inclusão na vida comunitária (Brasil, 1993). Nesse sentido, a LOAS representa um marco normativo que, ao regulamentar as conquistas da Constituição de 1988, dá início a uma transição histórica entre a assistência social, o assistencialismo e a filantropia (Oliveira, 2007).

Essa transição foi aprofundada com a publicação da Resolução nº 145/2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ao reconhecer formalmente a assistência social como direito social e dever do Estado, a PNAS fortaleceu os princípios de universalidade, equidade e participação cidadã. Além disso, ao definir a organização da política sob a lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabeleceu responsabilidades entre as três esferas de governo e institucionalizou a rede socioassistencial como espaço de práticas planejadas e articuladas (Brasil, 2004).

Nesse ponto, é possível interpretar o SUAS como expressão concreta de uma tecnologia social, pois articula metodologias, instrumentos de gestão e serviços padronizados em todo o território nacional. A resolução que tipificou os serviços socioassistenciais (CNAS, 2009) evidencia essa perspectiva ao organizar de forma racional e replicável a proteção social básica e especial, garantindo parâmetros técnicos para sua implementação. Assim, a assistência social deixa de ser apenas uma política de provisão de benefícios para se constituir em uma tecnologia social orientada por diagnósticos, evidências e protocolos de ação.

A implementação do SUAS inaugura, portanto, uma nova etapa na trajetória da assistência social brasileira, marcada por serviços de caráter preventivo e protetivo que buscam superar vulnerabilidades estruturais. Trata-se de um paradigma que reconhece os usuários como sujeitos de direitos e valoriza ações planejadas, contínuas e em rede, em contraposição à lógica pontual e emergencial. Yasbek (2009) ressalta que esse modelo rompe com práticas assistencialistas ao priorizar a autonomia e a emancipação dos sujeitos, reafirmando o papel do Estado na proteção social pública.

Além disso, o SUAS busca atuar de forma preventiva, antecipando situações de risco e vulnerabilidade para evitar o agravamento de problemas sociais. Dessa maneira, a política de assistência social não se limita a responder às demandas emergenciais, mas organiza-se como uma rede de proteção contínua que valoriza a convivência familiar e comunitária, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária (Brasil, 2005a). Essa lógica é detalhada pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que normatiza e operacionaliza os princípios de descentralização da gestão e a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios, reforçando o caráter republicano e democrático da política (Brasil, 2005a).

Embora o SUAS tenha sido criado pela Resolução nº 130/2005 do CNAS, sua incorporação em norma legal ocorreu apenas em 2011, com a promulgação da Lei nº 12.435, que alterou de forma expressiva a LOAS. Essa mudança consolidou o sistema descentralizado e participativo no campo legal, fortalecendo a política de assistência social (Brasil, 2005a; 2011a; Netto, 2013). Outro marco fundamental foi a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução nº 109/2009, que estabeleceu um padrão unificado para os serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE) em todo o território nacional. Ao detalhar público-alvo, objetivos e resultados esperados, a tipificação garantiu maior clareza, racionalidade e padronização na oferta dos serviços, representando um avanço significativo para a efetivação do direito socioassistencial (Brasil, 2009).

A proteção social no SUAS, estruturada em níveis de complexidade básica, média e alta, responde de maneira diferenciada às necessidades de indivíduos e famílias em vulnerabilidade ou em situação de violação de direitos. A Proteção Social Básica (PSB) tem como finalidade prevenir riscos sociais e fortalecer vínculos familiares e comunitários por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto a Proteção Social Especial (PSE) destina-se a atender situações de maior gravidade, como negligência, violência, exploração, abuso sexual ou trabalho infantil, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) (Brasil, 2011a). Ao articularem prevenção, proteção e reparação, esses dois níveis de atenção complementam-se e asseguram condições de renda, acolhida, convívio e desenvolvimento social, reafirmando o compromisso do SUAS com os direitos e a cidadania.

Esse arranjo normativo e institucional também pode ser compreendido como uma tecnologia social em escala nacional: ao padronizar serviços, organizar fluxos de atendimento e estruturar metodologias replicáveis, o SUAS cria condições para que a política de assistência social seja executada de forma planejada, racional e articulada em rede. Trata-se, portanto, de um modelo inovador de gestão pública, que transforma princípios constitucionais em práticas concretas, fortalecendo a proteção social no Brasil.

No contexto do município de Guaratuba, no estado do Paraná (PR), foi sancionada a Lei nº 1.921/2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo local. Posteriormente, a assistência social foi regulamentada de forma mais específica com a promulgação da Lei Municipal nº 2.118/2025, que institui a Política Municipal de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito local. A implementação dessa política é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tem como objetivo promover a reestruturação da gestão do SUAS, fortalecendo a rede de proteção social no município.

No âmbito dessas iniciativas, em 29 de abril de 2023, o município instituiu o Centro de Capacitação e Geração de Renda, concebido como estratégia de inclusão socioeconômica para pessoas em situação de vulnerabilidade. Sua finalidade é ampliar as oportunidades de qualificação profissional e de geração de renda, de modo a atender às demandas emergentes do território e a enfrentar os desafios cotidianos vivenciados pelas famílias vinculadas à política pública de assistência social.

Assim, famílias referenciadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que se encontrem em condições de pobreza, desemprego, ausência ou precariedade de renda, bem como aquelas sem acesso prévio à qualificação profissional, apresentam perfil para serem

encaminhadas ao CECAGER. Nesse espaço, passam a integrar cursos e ações de formação como parte do eixo de proteção social da política pública de assistência social, fortalecendo vínculos comunitários e ampliando possibilidades de autonomia econômica.

1.1 Contextualização, justificativa e problematização

A qualificação profissional e a geração de renda representam temas fundamentais nas políticas públicas de assistência social no Brasil, especialmente em um contexto caracterizado por desafios econômicos persistentes e elevados índices de vulnerabilidade social. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolidou a assistência social como um direito de cidadania, até a implementação da LOAS, esses aspectos têm sido considerados essenciais para promover a inclusão social e econômica das populações em situação de vulnerabilidade. A assistência social, nesse sentido, visa não apenas à proteção imediata, mas também à promoção do desenvolvimento humano e à autonomia dos indivíduos.

Por conseguinte, a qualificação profissional configura-se como uma estratégia fundamental para impulsionar a inclusão produtiva e promover a integração social de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao oferecer oportunidades de capacitação e o desenvolvimento de habilidades específicas, essa iniciativa amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, não apenas em empregos formais, mas também em atividades empreendedoras, fortalecendo a autoestima e a autonomia dos indivíduos e promovendo melhorias substanciais em suas condições de vida, conforme destaca Silva (2020) ao analisar as estratégias de inclusão produtiva articuladas à proteção social.

Ademais, ao facilitar o acesso ao trabalho e à geração de renda, as ações de qualificação profissional assumem um papel relevante na redução das desigualdades sociais e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Inserida no escopo da Política de Assistência Social, a qualificação profissional deixa de ser apenas um instrumento de acesso ao mercado de trabalho, consolidando-se como um mecanismo de inclusão social e de promoção da autonomia de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social (Silva, 2020).

Por meio de ações integradas e articuladas, a qualificação profissional contribui para o fortalecimento da cidadania e redução das desigualdades estruturais. A crescente complexidade das necessidades sociais, somada à persistência de elevados índices de desigualdade e desemprego, evidencia a necessidade de políticas públicas que não apenas ofereçam suporte imediato, mas também promovam a capacitação e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, preparando-os para a autossuficiência em longo prazo (Silva, 2020).

Nesse contexto, quando integrada ao SUAS, a qualificação profissional assume um caráter essencial para assegurar direitos, promover a dignidade e fortalecer a cidadania. Seus objetivos abrangem a promoção da autonomia, o fortalecimento dos vínculos sociais, a redução da dependência de benefícios assistenciais e a ampliação das oportunidades de desenvolvimento para os indivíduos, alinhando-se aos princípios da PNAS (Silva, 2020).

Nesta conjuntura, a Unidade CECAGER, localizada no município de Guaratuba, desempenha um papel fundamental na implementação de políticas de qualificação profissional voltadas para populações em situação de risco social. O centro oferece programas exclusivos para os usuários das Políticas Públicas de Assistência Social, com foco na formação técnica e no desenvolvimento de competências que possibilitam tanto a inserção no mercado de trabalho quanto a atuação como trabalhadores autônomos. Seus cursos abrangem diversas áreas, desde a produção artesanal até a prestação de serviços, com o objetivo de ampliar as oportunidades de empregabilidade e renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Frente a essa conjuntura, este estudo busca analisar a efetividade do CECAGER, como instrumento de qualificação profissional e geração de renda em Guaratuba/PR.

1.2 Pergunta de pesquisa

Qual a efetividade do CECAGER na qualificação profissional e geração de renda dentro das políticas públicas de assistência social? As ações desenvolvidas nesta unidade contribuem para reduzir as desigualdades e promover a inclusão social? Os *stakeholders* atendidos são exclusivamente uma demanda vulnerável? É possível implementar mecanismos para contribuir com a efetividade do CECAGER?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a efetividade do CECAGER, como instrumento de qualificação profissional e geração de renda em Guaratuba/PR.

2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar o perfil socioeconômico dos *stakeholders* atendidos no CECAGER;
- b) Descrever as ações desenvolvidas pelo CECAGER no atendimento aos stakeholders;
- c) Desenvolver um web template para divulgação e acompanhamento das ações do CECAGER em Guaratuba, PR;
- d) Elaborar uma proposta de formação permanente para egressos do CECAGER.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas públicas de assistência social e qualificação profissional

As políticas públicas de assistência social configuram-se como eixo estruturante na promoção da equidade, da justiça social e da inclusão, desempenhando papel decisivo na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária (Behring, 2008; Sposati; Monteiro, 2017). No cenário brasileiro, a Política de Assistência Social, organizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem por finalidade assegurar o acesso aos direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e risco social, impactadas pela pobreza extrema, pelo desemprego estrutural e pelas múltiplas expressões da exclusão.

Autores como Arretche (2015) e Behring (2008) evidenciam que as políticas sociais no Brasil são atravessadas por uma tensão permanente entre universalização e seletividade, o que revela os limites estruturais da proteção social diante de desigualdades históricas persistentes. Nessa direção, o II Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016) reafirma a necessidade de políticas sustentáveis, integradas e territorializadas, voltadas à promoção da equidade, ao fortalecimento da cidadania e à superação das vulnerabilidades sociais.

Conforme destacam Carmo e Guizardi (2018), o fortalecimento da assistência social se apresenta como condição indispensável para o enfrentamento das desigualdades históricas, para a efetivação do acesso universal a direitos sociais básicos e para a garantia de condições mínimas de dignidade e cidadania aos segmentos populacionais mais fragilizados.

Dentro desse escopo, a qualificação profissional emerge como uma ferramenta estratégica e indispensável, não apenas para impulsionar a geração de renda, mas também como catalisadora da autonomia individual e coletiva, ao promover a emancipação econômica e viabilizar a inclusão social de grupos historicamente marginalizados (Arretche, 2015; Lima, 2017).

Conforme destaca o Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016), a qualificação profissional, por meio de ações de inclusão produtiva articuladas no SUAS, contribui diretamente para ampliar a inserção das pessoas vulneráveis no mundo do trabalho — formal ou autônomo — fortalecendo sua autonomia e promovendo o acesso a direito. Essa abordagem, além de contribuir para a superação das desigualdades socioeconômicas, reforça o direito à dignidade e à participação social, essenciais para a consolidação de uma sociedade mais equânime (Singer; Souza, 2000; Sposatti; Monteiro, 2017).

Nesse contexto, é relevante compreender a qualificação profissional também como uma tecnologia social, no sentido proposto por Cupani (2016). Inspirando-se nas reflexões de Mario Bunge, o autor afirma que a tecnologia pode ser entendida como uma ação racional e planejada, fundamentada no conhecimento científico, voltada à criação de artefatos e processos que transformam a realidade social. Assim, os programas de capacitação desenvolvidos no âmbito do SUAS, como o CECAGER em Guaratuba, podem ser interpretados como práticas tecnológicas aplicadas à inclusão produtiva, na medida em que sistematizam saberes técnicos e pedagógicos em favor da emancipação e da cidadania. Essa leitura reforça a concepção de que a qualificação profissional não se limita a uma ação pontual de treinamento, mas representa uma estratégia racional de transformação social, coerente com a função protetiva e emancipatória das políticas públicas de assistência.

No município de Guaratuba, atividades como o turismo sazonal, a pesca artesanal e o comércio minorista predominam na economia local, demandando, em geral, baixa qualificação formal. Essa configuração contribui para a manutenção de ocupações com baixos salários e reduzidas oportunidades de ascensão profissional, dificultando a inserção produtiva sustentável da população. Segundo dados do IBGE (2022), esse padrão é compatível com contextos de elevada informalidade e baixa escolarização, comuns em municípios litorâneos de médio porte. Conforme observam Gaiger e Kuyven (2020), estruturas econômicas marcadas por informalidade exigem políticas de qualificação vinculadas à inclusão produtiva, acompanhadas por formação, apoio técnico e criação de redes solidárias que potencializem o protagonismo dos trabalhadores vulneráveis. Silva (2020) aponta a escassez de programas de qualificação profissional adequados, associada à carência de capacitação específica, representa um obstáculo significativo para que trabalhadores em situação de vulnerabilidade social consigam acessar melhores oportunidades no mercado de trabalho, tanto no setor formal quanto no autônomo. Essa realidade tende a perpetuar um ciclo de baixa remuneração e de limitada mobilidade profissional, dificultando a superação das desigualdades socioeconômicas e a ampliação do protagonismo cidadão (Lima, 2017; Silva, 2020).

Para Cupani (2016), de acordo com a perspectiva analítica de Bunge, a tecnologia deve ser reconhecida como conhecimento aplicado, sistematizado e orientado para a eficiência e para a solução de problemas concretos. Esse enfoque permite compreender que a qualificação profissional, ao organizar conteúdos, métodos pedagógicos e práticas sociais, constitui um processo tecnológico voltado à transformação das condições de vida. O CECAGER, nesse sentido, pode ser visto como espaço de aplicação de tecnologias sociais que, ao aliar conhecimento científico e prática pedagógica, viabilizam a autonomia e o fortalecimento de

vínculos comunitários.

Nesse âmbito, o conceito de benchmarking de políticas públicas, conforme descrito por Souza (2020), consiste na pesquisa, comparação e análise de experiências bem-sucedidas implementadas em outros municípios, estados ou países, com o objetivo de identificar boas práticas que possam ser adaptadas às realidades locais.

Ao adotar o benchmarking, gestores públicos podem aprender com exemplos concretos de sucesso, promovendo inovação e aumentando a eficiência na formulação e implementação de políticas públicas. Um exemplo dessa estratégia é o Programa Qualifica Recife/PE, que oferece formação profissional gratuita em parceria com o Sistema S¹ (SESC, SENAI, SENAC) para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa iniciativa busca ampliar as oportunidades de emprego e promover a inclusão social na cidade de Recife (Recife, 2025) demonstrando como a troca de experiências pode contribuir para aprimorar as ações locais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico.

Outro exemplo é o Empreenda Fácil, implementado na cidade de São Paulo, que facilita a abertura de pequenos negócios por meio de procedimentos simplificados, promovendo assim a geração de renda e o fortalecimento do empreendedorismo local (São Paulo, Município, 2025).

Por fim, destaca-se também o Programa Qualifica Mulher do Governo Federal, que oferece cursos profissionalizantes gratuitos voltados especificamente para mulheres em áreas com alta demanda no mercado de trabalho. Essa iniciativa busca promover a autonomia econômica feminina e reduzir desigualdades de gênero no acesso às oportunidades profissionais (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025).

Além disso, a experiência de políticas públicas em municípios como Maringá (PR) e São Bernardo do Campo (SP) evidencia a relevância da articulação entre o poder público, universidades e organizações da sociedade civil para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e fortalecer a economia solidária (Lima, 2017; Singer; Souza, 2000). Ainda, a Plataforma Qualifica SP, no estado de SP, atua como ferramenta inovadora para facilitar o acesso a cursos de capacitação profissional, contribuindo para a inclusão produtiva e o fortalecimento das políticas de assistência social (São Paulo, Estado, 2025).

Ademais, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) mantém no PR uma série de programas voltados à qualificação profissional e ao

¹ Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

empreendedorismo, especialmente nos setores de comércio, turismo e pesca, impulsionando a geração de renda e o desenvolvimento local (Sebrae, 2025a).

Esses exemplos ilustram como a adoção de boas práticas internacionais ou nacionais pode contribuir para aprimorar as políticas públicas locais, tornando-as mais eficazes e alinhadas às necessidades específicas da população. A utilização do benchmarking possibilita uma gestão mais inovadora e eficiente na promoção do desenvolvimento social e econômico. A qualificação profissional, inserida nas políticas de assistência social, não apenas promove a empregabilidade, mas também visa combater a exclusão social e contribuir para a diminuição das desigualdades estruturais presentes na sociedade (Andrade, 2022).

Todavia, é importante destacar que, embora o benchmarking se apresente como estratégia de modernização e racionalização da gestão pública, autores como Cupani (2011) chamam atenção para seus limites e implicações. Para o autor, a transposição direta de modelos e métodos oriundos do setor privado para a esfera das políticas públicas pode reduzir a complexidade da questão social a indicadores de eficiência e produtividade, desconsiderando a historicidade, a diversidade cultural e as especificidades territoriais. Essa crítica é particularmente relevante no âmbito da assistência social, em que a qualificação profissional e a geração de renda não podem ser vistas apenas como mecanismos de inserção no mercado de trabalho, mas como instrumentos de efetivação de direitos, promoção da autonomia e fortalecimento da cidadania.

Nesse sentido, a reflexão de Cupani contribui para compreender que, ao adotar práticas de benchmarking na formulação de políticas locais, como aquelas desenvolvidas pelo CECAGER em Guaratuba, é necessário ir além da simples replicação de modelos externos. É fundamental respeitar as singularidades do território e as condições concretas dos egressos atendidos, assegurando que a qualificação profissional esteja articulada às demandas reais da comunidade e vinculada ao projeto maior de inclusão produtiva e justiça social preconizado pelo SUAS.

Segundo Vieira e Quadros (2024), essas políticas cumprem um papel importante na formação de uma força de trabalho mais qualificada e preparada para os desafios de um mercado cada vez mais competitivo, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para indivíduos marginalizados. Nesse sentido, programas de qualificação profissional, como os oferecidos em centros de capacitação, têm se tornado instrumentos fundamentais para a promoção da inclusão produtiva e econômica.

A integração das políticas de assistência social com as políticas de qualificação profissional e geração de renda visa ampliar o alcance e a eficácia das ações governamentais,

oferecendo uma abordagem mais abrangente para o enfrentamento da pobreza. Conforme apontam Silva (2020) e Lima (2017), estratégias articuladas de inclusão produtiva no âmbito do SUAS contribuem significativamente para promover a autonomia dos usuários, romper ciclos de dependência e construir alternativas sustentáveis de inserção socioeconômica. De acordo com Oliveira *et al.* (2022), o sucesso dessas políticas depende não apenas da oferta de oportunidades de formação, mas também de um acompanhamento contínuo dos egressos dos programas, garantindo que as habilidades adquiridas possam ser transformadas em empregos ou atividades produtivas que gerem renda.

Nessa perspectiva, Cupani (2016) amplia o entendimento sobre a qualificação profissional como fenômeno que articula ciência, técnica e valores sociais. A concepção de tecnologia como prática racional, planejada e voltada à emancipação dos sujeitos reforça o papel do SUAS como sistema de proteção social que vai além da assistência pontual, promovendo efetivamente a cidadania e o protagonismo dos usuários. Essa fundamentação filosófica permite compreender as ações de capacitação profissional como tecnologias sociais transformadoras, alinhadas ao compromisso ético-político da Assistência Social.

3.1.1 A evolução das políticas públicas de assistência social no Brasil

A história das políticas públicas de assistência social no Brasil é marcada por avanços significativos desde o período pós-Constituição de 1988, quando a assistência social foi instituída como um direito de cidadania e um dever do Estado, conforme estabelece o artigo 203 da Constituição Federal. Esse marco representou uma ruptura com o modelo assistencialista e filantrópico anteriormente dominante, inaugurando um novo paradigma baseado na universalização do acesso, na proteção social não contributiva e na responsabilidade estatal. Como destacam Behring e Boschetti (2011), essa transformação foi fundamental para consolidar a assistência social como política pública integrante da seguridade social. A partir desse marco, destaca-se a criação do SUAS em 2005, instituído pela Lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil. Essa legislação, juntamente com a PNAS, estabelecida pela NOB do SUAS (NOB/SUAS), representou um avanço fundamental na estruturação, regulação e ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais (Brasil, 2005a; 2011a). A implementação do SUAS consolidou um sistema descentralizado e participativo, promovendo maior eficiência na oferta de serviços e garantindo o direito à proteção social às populações em situação de vulnerabilidade.

O SUAS permitiu a articulação das políticas de assistência social em nível federal, estadual e municipal, facilitando a coordenação das ações e a implementação de programas voltados à proteção social (Brasil, 2004). Segundo Muraro *et al.* (2022), a implementação do SUAS permitiu uma maior estruturação dos serviços de assistência social, descentralizando a gestão e criando mecanismos para garantir o acesso igualitário aos benefícios e serviços.

A qualificação profissional como um componente das políticas de assistência social começou a ganhar destaque com programas como o ProJovem, criado pela Lei nº 11.129/05, e o Brasil Sem Miséria, implementado pelo Decreto nº 7.492/11. Esses programas enfatizaram a importância de capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho como uma forma de inclusão social e visam não apenas a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, essenciais para a integração plena no mercado de trabalho e na sociedade (Brasil, 2005b; 2011b; Casarim, 2021).

Nessa linha, ao analisar a evolução das políticas de assistência social, estas podem ser interpretadas também como processos tecnológicos sociais, no sentido proposto por Cupani (2016), inspirado na perspectiva de Mario Bunge. Para o autor, a tecnologia é um modo de ação racional e sistemática, fundamentado no conhecimento científico e orientado para a resolução de problemas concretos. Sob essa ótica, a criação do SUAS e a institucionalização da assistência social como política pública configuram-se como artefatos sociais planejados, cuja função é assegurar direitos, ampliar a proteção social e transformar realidades marcadas pela vulnerabilidade. Essa leitura destaca que a própria estruturação das políticas sociais no Brasil constitui um exemplo de tecnologia aplicada ao campo social, reforçando sua dimensão racional, planejada e emancipatória.

Contudo, a reflexão crítica de Cupani alerta para os riscos de se adotar uma visão estritamente instrumental da tecnologia social. Quando aplicada às políticas de qualificação profissional, essa crítica ganha relevância: se tais políticas forem concebidas apenas como mecanismos de treinamento técnico ou de adaptação da força de trabalho às exigências do mercado, correm o risco de reduzir-se a meros instrumentos de gestão da pobreza. Nesse sentido, a tecnologia social se esvaziaria de seu caráter emancipatório, convertendo-se em dispositivo funcional ao sistema produtivo, mas insuficiente para enfrentar as raízes estruturais da desigualdade.

É nesse ponto que a articulação entre qualificação profissional, geração de renda e proteção social adquire centralidade. Conforme argumenta Sposati (2015), a qualificação não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim como parte de uma rede integrada de provisões sociais que ampliem efetivamente as oportunidades de cidadania. Rocha (2020)

reforça essa visão ao destacar que, quando vinculada a políticas de inclusão produtiva, a qualificação profissional pode gerar um ciclo virtuoso de inclusão social, aumentando as chances de inserção em empregos formais ou de fortalecimento de iniciativas empreendedoras. Porém, como alerta a perspectiva crítica de Cupani, esse potencial só se realiza plenamente se a política for tratada como direito social e não apenas como estratégia gerencial de aumento da empregabilidade.

3.1.2 A importância da qualificação profissional no combate à pobreza

A qualificação profissional exerce uma função fundamental no enfrentamento da pobreza, atuando como um instrumento de promoção da inclusão produtiva e de mitigação das desigualdades socioeconômicas (Sposati, 2003).

A abordagem de Silva *et al.* (2022) evidencia que a qualificação profissional constitui uma ferramenta fundamental no enfrentamento da pobreza, ao ampliar a empregabilidade e a capacidade produtiva dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Esses autores destacam que o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais permite o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho, seja por meio de vínculos formais ou do empreendedorismo, contribuindo para a melhoria da renda e a redução das desigualdades socioeconômicas (Silva *et al.*, 2022). De acordo com Silva (2020), a qualificação profissional configura-se como uma das estratégias mais eficazes para romper o ciclo de pobreza intergeracional, na medida em que promove oportunidades concretas de geração de renda, autonomia e melhoria das condições de vida por meio do trabalho.

No Brasil, as políticas de qualificação profissional no âmbito da assistência social têm como objetivo capacitar grupos em situação de vulnerabilidade, como jovens, mulheres e pessoas desempregadas, por meio de oferta de formação técnica, apoio psicossocial e orientação para o empreendedorismo. Segundo Minayo (2014), essas ações são essenciais para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades, ao proporcionar oportunidades de desenvolvimento e autonomia aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Vários autores e pesquisadores têm discutido a relação entre o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais e a melhoria das condições de empregabilidade de indivíduos de baixa renda dentro do contexto da Política de Assistência Social. Gaiger e Kuyven (2020), destacam que a qualificação profissional, quando articulada com políticas de proteção social e inclusão produtiva, constitui elemento essencial para o fortalecimento da cidadania

econômica e a superação de desigualdades persistentes, especialmente em contextos de trabalho informal e vulnerabilidade social.

Além disso, a literatura especializada disponível em bases como SciELO, Google Scholar e CAPES Periódicos, bem como documentos oficiais como o Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Brasil, 2017), confirma que a intersecção entre assistência social e formação profissional constitui um fator estratégico para a promoção da inclusão social e o enfrentamento das desigualdades. Por exemplo, Lima (2017) discute a relação entre assistência social e inclusão produtiva, enfatizando a importância da formação profissional e das políticas públicas para a inserção de indivíduos no mercado de trabalho. A autora Ana Paula da Silva Lima (2017) aborda a intersecção entre assistência social e educação, trazendo como programas de qualificação podem impactar a empregabilidade de indivíduos em situação de vulnerabilidade. A autora destaca ainda a formação profissional desempenha um papel central na inclusão social, pois programas de capacitação direcionados a populações vulneráveis promovem a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da autonomia econômica, articulando políticas de assistência social com estratégias produtivas.

Segundo Sampaio *et al.* (2023), ao desenvolver competências que permitem acesso ao mercado de trabalho ou a criação de negócios próprios, os beneficiários das políticas de qualificação tendem a se sentir mais seguros e confiantes para enfrentar os desafios da vida profissional.

A qualificação profissional contribui para a dinamização da economia local, ao formar mão de obra qualificada que atende às demandas específicas do mercado regional (Lapolli, 2022). De acordo com Perez *et al.* (2021), programas de qualificação profissional bem-sucedidos tendem a ter impacto não apenas sobre os indivíduos, mas também sobre suas comunidades, ao fomentar o desenvolvimento de atividades produtivas e empreendimentos locais, como também pode ser vista como uma tecnologia social no sentido proposto por Cupani (2016), que de acordo com Mário Bunge, a tecnologia corresponde ao uso sistemático do conhecimento para produzir transformações desejadas na realidade, assim, os programas de capacitação, portanto, não apenas transmitem habilidades técnicas, mas funcionam como dispositivos sociais planejados para gerar autonomia, romper ciclos intergeracionais de pobreza e criar condições para que os indivíduos alcancem maior cidadania econômica. Essa interpretação reforça a centralidade da qualificação profissional como instrumento tecnológico de transformação social, em consonância com os objetivos do SUAS.

Dessa forma, a qualificação profissional se consolida como um eixo estratégico das políticas públicas de assistência social, ao conjugar formação técnica, apoio psicossocial e orientação empreendedora em favor da autonomia dos indivíduos e do fortalecimento comunitário. Mais do que um mecanismo de treinamento, trata-se de uma tecnologia social planejada, que mobiliza saberes, práticas e instrumentos institucionais para produzir transformações concretas nas trajetórias de vida de populações em situação de vulnerabilidade, conforme a perspectiva proposta por Cupani (2016). Ao promover a emancipação e romper ciclos intergeracionais de pobreza, a qualificação profissional deixa de ser apenas um instrumento de inserção no mercado de trabalho, tornando-se um dispositivo capaz de impulsionar a cidadania econômica e de dinamizar economias locais. Nesse sentido, abre-se o caminho para compreender como essas ações se articulam às estratégias de geração de renda e inclusão produtiva, evidenciando o papel do SUAS na construção de oportunidades socioeconômicas sustentáveis.

3.2 Geração de renda e inclusão produtiva

A geração de renda e a inclusão produtiva são componentes essenciais das políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e a promoção da autonomia financeira de indivíduos em situação de vulnerabilidade social (Silva, 2020).

No Brasil, programas originários e ofertados pelo governo federal como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)², ACESSUAS TRABALHO³, ProJovem Urbano e ProJovem Campo⁴, Sistema Nacional de Emprego (SINE)⁵ e Bolsa Família⁶ são estratégias que têm ganhado destaque à medida que se busca oferecer soluções sustentáveis para problemas como o desemprego estrutural e a exclusão social, sobretudo em áreas urbanas e rurais com altos índices de pobreza (Camayd; Guli; 2022). Embora sejam políticas nacionais,

² Pronatec: Este programa oferece cursos de qualificação, formação técnica e profissionalizante gratuitos para jovens, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ele busca ampliar o acesso ao mercado de trabalho por meio de capacitações em diversas áreas.

³ Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO): Voltado para populações em situação de vulnerabilidade, como jovens, mulheres, pessoas com deficiência e moradores de áreas de risco, esse programa oferece cursos de qualificação, orientação profissional e apoio na inserção no mercado de trabalho.

⁴ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano e ProJovem Campo): Além de ações de educação, esses programas incluem ações de qualificação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua autonomia e inserção no mercado de trabalho.

⁵ Cursos do SINE: Diversas unidades do SINE oferecem cursos de qualificação profissional gratuitos, voltados para pessoas em vulnerabilidade social, com foco na inserção no mercado de trabalho.

⁶ Bolsa Família no Brasil não apenas fornece uma ajuda financeira direta, mas também incentiva a participação em ações de inclusão produtiva, como capacitações e cursos de empreendedorismo. Isso ajuda as famílias a desenvolverem habilidades que podem gerar renda de forma sustentável.

sua execução envolve uma articulação com estados e municípios, que adaptam e operacionalizam as ações em nível local. As políticas de geração de renda, por sua vez, não apenas buscam promover a independência econômica, mas também incentivar o desenvolvimento de capacidades empreendedoras e fortalecer a economia local (Oliveira *et al.*, 2022).

A inclusão produtiva refere-se às diversas formas de inserção de indivíduos no mercado de trabalho, abrangendo tanto o emprego formal quanto atividades autônomas ou cooperativas (Araújo; Lopes, 2014). De acordo com Silva (2020), a inclusão produtiva deve ser compreendida como um processo multidimensional que articula a criação de oportunidades econômicas com o acesso a recursos produtivos, ações de capacitação e o desenvolvimento de habilidades. Esses elementos são essenciais para possibilitar que pessoas em situação de vulnerabilidade participem ativamente da economia, garantindo uma subsistência mais estável e digna.

Quando articulada com programas de assistência social e ações de qualificação profissional, essa abordagem pode promover um ciclo virtuoso de emancipação social. Oliveira *et al.* (2022) destaca que a combinação dessas estratégias favorece não apenas o aprimoramento técnico dos beneficiários, mas também o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora, criando oportunidades de geração de renda que vão além do trabalho formal. Tal perspectiva é especialmente relevante diante das rápidas transformações no mercado de trabalho e do aumento da informalidade, evidenciando a importância de políticas integradas para promover uma participação mais ampla e sustentável na economia. Neste aspecto, Cupani (2016), dialogando com as ideias de Mario Bunge, destaca que a tecnologia deve ser entendida também como atividade orientada à eficiência e à racionalização de processos. Ao relacionar esse conceito ao campo das políticas sociais, pode-se compreender que as iniciativas de geração de renda funcionam como tecnologias sociais voltadas à criação de condições concretas de emancipação econômica, pois organizam conhecimentos e recursos de maneira sistemática para enfrentar a pobreza estrutural. Esse olhar permite interpretar os programas de inclusão produtiva não apenas como ações pontuais, mas como processos tecnológicos que buscam a transformação duradoura das condições de vida.

Nesse horizonte, percebe-se que a qualificação profissional, ao ser concebida como política pública de caráter emancipatório, não se limita a transmitir habilidades técnicas, mas inaugura possibilidades mais amplas de inserção social. Sua efetividade, contudo, depende de articulação direta com estratégias de geração de renda e inclusão produtiva, capazes de

transformar o aprendizado adquirido em oportunidades concretas de trabalho e autonomia financeira.

3.2.1 Conceitos de geração de renda

O conceito de geração de renda está intrinsecamente vinculado a estratégias que buscam fomentar a autonomia financeira de indivíduos e comunidades por meio de atividades produtivas diversas. Mais do que uma alternativa de subsistência imediata, trata-se de um instrumento de inclusão econômica que, ao articular empreendedorismo, capacitação técnica e práticas coletivas, fortalece a capacidade dos sujeitos de produzir recursos de forma sustentável e de ampliar suas condições de cidadania (Lima, 2017). Nesse sentido, a geração de renda abrange desde pequenos empreendimentos familiares até iniciativas cooperativas ou comunitárias, constituindo-se como eixo de fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para Silva (2020), a geração de renda deve ser compreendida não apenas como resposta conjuntural ao desemprego e à pobreza, mas como parte de uma estratégia estrutural de desenvolvimento econômico e social, que possibilita o fortalecimento de famílias e comunidades historicamente excluídas do mercado formal de trabalho. Gaiger e Kuyven (2020) complementam esse entendimento ao vincular tais iniciativas aos princípios da economia solidária, ressaltando sua dimensão coletiva, pautada na cooperação, na autogestão e na valorização de práticas socioeconômicas alternativas que rompam com a lógica estritamente mercadológica. Essa leitura é fundamental para evidenciar que a geração de renda não deve ser reduzida a mero incentivo ao microempreendedorismo individual, mas entendida como processo de construção de autonomia econômica coletiva, com potencial de criar trajetórias mais estáveis e sustentáveis de inclusão produtiva.

A literatura especializada reforça que a efetividade da geração de renda depende de sua integração com políticas de qualificação profissional e proteção social. O II Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016) enfatiza que apenas a articulação entre formação técnica, assistência social e oportunidades reais de inserção produtiva pode fortalecer as capacidades dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e criar condições para a superação das desigualdades. Trata-se, portanto, de um processo que deve ser concebido em sinergia intersetorial, articulando educação, assistência social, economia solidária e políticas de emprego.

Nessa direção, a geração de renda ultrapassa o mero acesso a recursos financeiros imediatos e se consolida como componente indispensável das políticas de proteção social e de desenvolvimento sustentável. Silva (2020) e o Plano Decenal (Brasil, 2016) são claros ao reconhecer a inclusão produtiva como eixo estruturante das estratégias de combate à pobreza e de promoção da autonomia, reafirmando sua função transformadora.

Cupani (2016), ao se apoiar nas contribuições de Bunge, oferece uma chave interpretativa inovadora ao situar a geração de renda no campo das tecnologias sociais. Para o autor, a tecnologia não se restringe à manipulação de objetos materiais, mas envolve igualmente formas de organização coletiva e de produção social orientadas por conhecimento sistematizado. Sob esse prisma, os programas de geração de renda podem ser compreendidos como processos tecnológicos de caráter social, que combinam saberes técnicos, práticas cooperativas e estratégias pedagógicas voltadas à criação de alternativas econômicas sustentáveis. Essa leitura desloca a compreensão da geração de renda de uma dimensão meramente instrumental para uma prática racional de transformação social, revelando seu potencial emancipatório quando articulada a políticas públicas de caráter universal e democrático.

3.2.2 O papel das políticas de geração de renda na redução da vulnerabilidade social

As iniciativas voltadas para a promoção da autonomia econômica têm se mostrado essenciais na redução da vulnerabilidade social, especialmente em regiões marcadas por altos níveis de pobreza e exclusão, como áreas rurais e periferias urbanas em países em desenvolvimento (Camayd; Guli, 2022). Essas ações visam criar condições para que indivíduos e famílias possam sustentar-se por meio de seu próprio trabalho ou empreendedorismo, reduzindo assim a dependência de programas de transferência de renda e assistência social (Pinho, 2020). Behring (2008), destaca que o acesso a empregos dignos vai além da melhoria das condições econômicas das famílias, pois promove a inclusão social, fortalece a autonomia e amplia a capacidade de enfrentamento diante das adversidades, contribuindo para a efetiva redução das situações de vulnerabilidade e desigualdade no Brasil.

Essas estratégias vão além da mera inserção no mercado de trabalho formal; elas também buscam fortalecer a capacidade dos indivíduos de gerar seus próprios recursos por meio de atividades empreendedoras, solidárias ou cooperativas. Conforme destacam Singer e Souza (2000), a autogestão e a organização coletiva da produção constituem alternativas reais à exclusão social e ao desemprego estrutural. Nesse mesmo sentido, Silva (2020) ressalta que a inclusão produtiva no âmbito das políticas de proteção social deve integrar ações de

capacitação, apoio ao empreendedorismo e acesso a canais de comercialização, promovendo autonomia e sustentabilidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. Ressalta-se que a geração de emprego e renda é crucial para a redução da vulnerabilidade social. Segundo Silva (2020), políticas públicas que ampliem as oportunidades de trabalho formal, promovam a capacitação profissional e incentivem a inclusão produtiva são fundamentais, especialmente em territórios marcados por desigualdades estruturais, onde a população enfrenta maior fragilidade econômica e menor acesso a oportunidades. A conjugação entre qualificação profissional e proteção social revela-se como estratégia essencial para o fortalecimento da cidadania e a superação da pobreza de forma sustentável.

As políticas de geração de renda, quando integradas a programas de capacitação profissional e inclusão produtiva, têm o potencial de criar transformações significativas nas comunidades locais, segundo Perez *et al.* (2021), ao capacitar indivíduos e apoiar o desenvolvimento de pequenas iniciativas econômicas, essas políticas contribuem para o fortalecimento das economias regionais, criando empregos e fomentando o crescimento econômico local. Isso é especialmente importante em áreas rurais e em bairros periféricos das grandes cidades, onde as oportunidades de emprego são escassas e a informalidade predomina. Sob essa ótica, ao discutir a vulnerabilidade social, Cupani (2016) enfatiza que a tecnologia, enquanto prática social racionalizada, deve ser avaliada também por seus impactos éticos e sociais. Aplicada ao campo das políticas de geração de renda, essa compreensão reforça que tais iniciativas não têm apenas uma função econômica, mas representam escolhas tecnológicas orientadas por valores de justiça social e equidade. Assim, a criação de oportunidades produtivas para populações vulneráveis pode ser entendida como tecnologia social cujo propósito é reduzir desigualdades estruturais, fortalecendo a cidadania e a autonomia coletiva.

Assim, a geração de renda deve ser compreendida não apenas como mecanismo econômico, mas como estratégia de proteção social e de enfrentamento das desigualdades estruturais. Ao articular formação profissional, empreendedorismo solidário e inclusão produtiva, essas políticas ampliam a capacidade de indivíduos e comunidades resistirem às adversidades, reduzindo a dependência exclusiva de transferências de renda e fortalecendo a autonomia coletiva. Contudo, para avaliar plenamente seus efeitos, é necessário considerar o conceito de vulnerabilidade social, uma vez que a inserção produtiva só alcança seu caráter emancipatório quando confronta as múltiplas privações que limitam o acesso a direitos básicos e restringem a cidadania. Nesse sentido, a análise da vulnerabilidade torna-se indispensável para compreender em que medida as políticas de geração de renda podem efetivamente promover justiça social, autonomia e inclusão.

3.3 Vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social consiste em um conceito de natureza multidimensional que abrange múltiplos aspectos relacionados às condições de vida de indivíduos e comunidades, incluindo fatores econômicos, culturais, políticos e institucionais. Segundo Carmo e Guizardi (2018), tal conceito refere-se à exposição ou fragilidade de determinados segmentos da população diante de riscos sociais e econômicos que comprometem seu acesso a direitos fundamentais e a possibilidade de uma vida digna, expressando múltiplos fatores interligados — econômicos, educacionais, territoriais e institucionais —, influenciando diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas no campo da assistência social e da saúde. Segundo Barbosa (2019), essa condição se manifesta principalmente por meio de privações materiais e do acesso limitado a serviços essenciais, como saúde, educação, emprego e moradia, afetando negativamente as oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Sob esse ponto de vista, Cupani (2016) contribui ao apontar que toda tecnologia, mesmo quando aplicada em políticas sociais, carrega uma dimensão axiológica, ou seja, está vinculada a valores. Ao relacionar esse aspecto à vulnerabilidade social, compreende-se que as políticas de enfrentamento à pobreza, ao serem desenhadas como tecnologias sociais, devem necessariamente incorporar valores éticos de justiça, dignidade e inclusão. Isso significa que o uso racional de recursos, quando orientado por tais princípios, pode transformar a realidade de populações em risco, mitigando desigualdades de forma planejada e consistente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018a), a vulnerabilidade social pode ser categorizada em diferentes dimensões, incluindo econômica, social e cultural. A dimensão econômica envolve a precariedade das condições materiais, principalmente relacionada à insuficiência de renda e ao desemprego (Camayd; Guli, 2022). Famílias em situação de vulnerabilidade econômica são aquelas que não possuem recursos financeiros suficientes para suprir suas necessidades básicas (Santos, 2022).

O estudo de Simões *et al.* (2023), intitulado "Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho: uma análise por sexo e por cor para o Brasil entre 2016 e 2023", destaca como as desigualdades de gênero e raça/cor ampliam a vulnerabilidade social no Brasil. A análise evidencia que mulheres pretas e pardas, quando responsáveis pelo domicílio, apresentam maiores índices de informalidade, subutilização da força de trabalho e risco de pobreza monetária, em comparação a homens brancos. Esses achados reforçam a compreensão de que a vulnerabilidade social não se limita à falta de renda, mas está profundamente associada a desigualdades estruturais e interseccionais, que atravessam as

dimensões de gênero, cor/raça e território. Além disso, o estudo demonstra que, mesmo com escolaridade mais elevada, essas mulheres continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso a oportunidades econômicas, o que evidencia a necessidade de políticas públicas interseccionais que combatam essas desigualdades de maneira efetiva.

Já o estudo realizado por Garrido (2024), que analisa o curso profissionalizante do Centro de Educação Profissional de Campinas (CEPROCAMP) / Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC) em Campinas/SP, destaca como tais iniciativas contribuem para fomentar o empreendedorismo juvenil, ampliando o repertório de possibilidades de geração de renda e inclusão social. A pesquisa evidencia que o curso profissionalizante promove a formação de competências técnicas e comportamentais, essenciais para que jovens consigam não apenas ocupar vagas no mercado formal de trabalho, mas também criar e gerir seus próprios empreendimentos. Essa formação amplia significativamente o leque de oportunidades para jovens que, em muitos casos, enfrentam restrições de acesso a empregos formais ou a recursos para empreender. Dessa forma, ao possibilitar o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, as políticas de educação profissional do CEPROCAMP/FUMEC atuam como mecanismo de combate às desigualdades e ao risco de perpetuação da pobreza intergeracional, favorecendo a autonomia e a emancipação social dos jovens (Garrido, 2024).

A questão da pobreza e da extrema pobreza no Brasil permanece como um desafio central na luta contra as desigualdades sociais. Conforme argumenta Sen (2000), a superação da pobreza exige mais do que a provisão de renda: envolve o fortalecimento das capacidades humanas, a ampliação das liberdades individuais e a criação de condições reais de inclusão social. Da mesma forma, o Silva (2020) reforça que políticas de inclusão produtiva e qualificação profissional são estratégias estruturantes para romper o ciclo intergeracional da pobreza e promover autonomia. Nesse sentido, as políticas públicas têm se concentrado na ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e seus sucessores, além de investir em educação, qualificação profissional e ações de inclusão social com o objetivo de promover a autonomia econômica das populações em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2016; Silva, 2020). Tais programas têm sua base de gestão e operacionalização no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), um instrumento essencial para a identificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e para o direcionamento das políticas sociais. Segundo dados do Consulta, Extração e Cruzamento de Dados do CadÚnico (CECAD), plataforma gerida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o CadÚnico permite integrar e cruzar

informações de famílias inscritas, facilitando a formulação de políticas públicas mais eficientes e o monitoramento das ações de assistência social (Brasil, 2024a).

O governo também tem buscado fortalecer iniciativas de desenvolvimento local e regional por meio de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, visando criar oportunidades de emprego e renda (Pereira; Silva, 2018). Apesar desses esforços, a persistência das desigualdades sociais ainda limita o acesso de muitos brasileiros aos bens e serviços essenciais, mantendo uma condição de vulnerabilidade econômica que afeta milhões (Marques; Oliveira, 2021). A continuidade dessas disparidades evidencia a necessidade de políticas públicas mais integradas, intersetoriais e sustentáveis, que promovam uma inclusão efetiva na sociedade e no mercado de trabalho, conforme orienta o Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016), ao destacar a importância da articulação entre proteção social, educação, qualificação profissional e inclusão produtiva como estratégias para a superação das desigualdades estruturais.

A dimensão social da vulnerabilidade envolve a exclusão de indivíduos ou grupos de importantes processos sociais, como o acesso à educação, à saúde e à segurança pública. A falta de acesso a esses serviços amplia as desigualdades sociais, perpetuando a situação de vulnerabilidade (Nascimento; Arantes; Carvalho, 2022).

Além disso, alguns estudos publicados por organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2024 destacam a importância de estratégias integradas para reduzir desigualdades sociais no Brasil, incluindo ações de transferência de renda, educação e desenvolvimento local. Os Relatórios do PNUD (2024) discutem as políticas públicas atuais, os avanços e os desafios na redução da pobreza e na promoção da inclusão social, destacando a importância de estratégias integradas.

Nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, o déficit de infraestrutura urbana e a precariedade dos serviços públicos agravam ainda mais a situação dessas regiões (Krause *et al.*, 2023). Segundo o trabalho de Krause *et al.* (2023), as áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre apresentam os maiores índices de vulnerabilidade nesse aspecto. Essas regiões periféricas são marcadas por uma rápida urbanização informal, que muitas vezes ocorre sem planejamento adequado. Como consequência, há uma baixa qualidade dos serviços de saneamento básico, transporte público insuficiente ou ineficiente, além de problemas relacionados à moradia inadequada e à falta de acesso a equipamentos sociais essenciais.

O déficit educacional é um dos principais fatores que perpetuam as desigualdades sociais no Brasil, dificultando a mobilidade social e a inserção no mercado de trabalho formal.

Indivíduos com menor nível de escolaridade enfrentam maiores obstáculos para obter empregos bem remunerados e estáveis. Dados do IBGE de 2022 indicam que a taxa de desemprego é significativamente mais elevada entre pessoas com ensino fundamental incompleto ou sem instrução formal, em comparação com aquelas que possuem níveis mais altos de escolaridade. O problema é particularmente acentuado em determinadas regiões do país. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua – IBGE, 2022a) revelam que os maiores índices de analfabetismo estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste. No estado do Piauí, por exemplo, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais alcançou 15,7%, enquanto no Maranhão chegou a 15,5% e na Paraíba a 13,8%. Em contraste, estados das regiões Sul e Sudeste, como Santa Catarina (2,3%) e São Paulo (2,8%), apresentaram os menores índices.

Em 2022, o PR registrou uma taxa de analfabetismo de 4,3% entre pessoas com 15 anos ou mais, a mais alta da Região Sul do Brasil. Esse índice representa uma redução em relação aos 6,3% observados em 2010, mas ainda coloca o estado atrás de Santa Catarina (2,1%) e Rio Grande do Sul (3,1%). A capital, Curitiba, apresentou uma taxa de analfabetismo de 1,5%, uma das mais baixas entre as capitais brasileiras (Paraná [...], 2023). Essas disparidades regionais refletem a desigualdade no acesso à educação de qualidade, impactando diretamente as oportunidades de inclusão econômica e social. A falta de políticas públicas eficazes em áreas mais vulneráveis agrava a situação, limitando o desenvolvimento de competências básicas e dificultando a quebra de ciclos históricos de exclusão social. Portanto, o déficit educacional não apenas restringe as possibilidades individuais de ascensão social, mas também reforça as desigualdades estruturais existentes na sociedade brasileira, especialmente em regiões com maiores índices de analfabetismo. Tal cenário reforça a importância de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação básica de qualidade, bem como à formação continuada, como forma de mitigar as desigualdades estruturais e promover a inclusão social e produtiva das populações mais vulneráveis (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2023).

A dimensão cultural da vulnerabilidade social também está relacionada à exclusão ou marginalização de grupos em razão de marcadores sociais da diferença, como raça, etnia, gênero e religião (Carmo; Guizardi, 2018). Esta forma de vulnerabilidade está frequentemente associada à discriminação e à falta de reconhecimento de direitos específicos de determinados grupos, como populações indígenas, negras e quilombolas. A vulnerabilidade cultural muitas vezes se sobrepõe à econômica e social, reforçando as barreiras enfrentadas por essas

populações para acessar oportunidades e melhorar suas condições de vida (Barbarini; Mario, 2018).

Ao compreender a vulnerabilidade social em suas diversas dimensões, fica evidente que as soluções para a enfrentar devem ir além de medidas meramente econômicas. É fundamental um esforço integrado que envolva a melhoria do acesso a serviços públicos essenciais, a implementação de políticas inclusivas que respeitem a diversidade cultural e ações voltadas ao combate às desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão social (Gonçalves, 2023). Essa condição não deve ser vista apenas como um problema econômico, mas como um fenômeno complexo e multifacetado que exige uma resposta abrangente por parte das políticas públicas (Souza, 2018).

As políticas públicas têm se concentrado na ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e seus sucessores, além de investir em educação, qualificação profissional e ações de inclusão social para garantir a autonomia econômica das populações mais vulneráveis (Souza; Osório, 2024). Tais programas têm sua base de gestão e operacionalização no CadÚnico, um instrumento essencial para a identificação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e para o direcionamento das políticas sociais. Segundo dados do CECAD, plataforma gerida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o CadÚnico permite integrar e cruzar informações de famílias inscritas, facilitando a formulação de políticas públicas mais eficientes e o monitoramento das ações de assistência social (Brasil, 2024c).

Diante desse cenário, fica evidente que a vulnerabilidade social não pode ser enfrentada de forma fragmentada, mas exige políticas integradas, capazes de articular proteção social, qualificação profissional, educação e inclusão produtiva. Para que tais estratégias sejam efetivas, contudo, torna-se indispensável a existência de instrumentos de identificação e monitoramento que permitam reconhecer quem são os grupos mais afetados, onde vivem e quais são suas necessidades específicas. Nessa ótica, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) emerge como ferramenta central de gestão e de planejamento das políticas públicas, pois possibilita não apenas a seleção adequada dos beneficiários, mas também a formulação de diagnósticos socioeconômicos que orientam ações mais precisas e eficazes no enfrentamento das desigualdades estruturais. É a partir dessa base que se pode compreender o papel estratégico do CadÚnico na consolidação das políticas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social no Brasil.

3.4 Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) constitui o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Criado em 2001, pelo Decreto nº 3.877/2001, e consolidado a partir de 2003 com a implantação do Programa Bolsa Família, o CadÚnico passou a ser a base de gestão para diversas políticas sociais voltadas às populações em vulnerabilidade. Atualmente, sua regulamentação encontra respaldo no Decreto nº 6.135/2007, que estabelece os parâmetros para coleta, atualização e utilização das informações, garantindo sua integração ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o CadÚnico é um sistema unificado de registro que contém informações sobre renda, escolaridade, trabalho, condições de moradia, composição familiar e acesso a serviços básicos. Tais dados permitem traçar um perfil detalhado das famílias e orientar a focalização das políticas públicas, além de viabilizar o acompanhamento das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2024).

Ao longo de sua trajetória, o CadÚnico tornou-se a principal porta de entrada para programas sociais como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Auxílio Brasil (vigente entre 2021 e 2022) e iniciativas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, entre outros. Dessa forma, sua função extrapola a mera seleção de beneficiários, assumindo papel estratégico de instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social.

A vinculação do CadÚnico ao SUAS é outro aspecto fundamental. Conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e reafirmado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), compete aos municípios, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e das equipes de referência, realizar a coleta, atualização e validação dos dados do CadÚnico. Essa descentralização garante maior capilaridade ao sistema e permite que os registros reflitam as especificidades territoriais, fortalecendo a vigilância socioassistencial como função essencial do SUAS.

O processo de cadastramento no CadÚnico é de competência dos municípios, operacionalizado principalmente pelos CRAS, unidades que integram a proteção social básica no âmbito do SUAS. A coleta dos dados é realizada pelos entrevistadores sociais, profissionais capacitados que conduzem entrevistas domiciliares ou presenciais, baseadas em formulário

padronizado, conforme orientações do MDS. As informações registradas abrangem aspectos como composição familiar, características da moradia, escolaridade, situação de trabalho e renda de todos os membros da família, entre outros dados relevantes para a caracterização das condições de vida (Brasil, 2007, 2011a).

A partir do momento em que a família é cadastrada no CadÚnico, os dados passam a integrar uma base nacional, permitindo que gestores e técnicos das três esferas de governo realizem consultas, análises e monitoramento, por meio de ferramentas específicas. Dentre elas, destaca-se o CECAD, plataforma desenvolvida para apoiar a gestão das políticas públicas, especialmente no âmbito da assistência social. O CECAD permite extrair informações detalhadas sobre o perfil das famílias cadastradas, gerar relatórios, identificar demandas e mapear territórios com maior concentração de vulnerabilidade social, além de possibilitar o cruzamento de dados com outras bases administrativas.

Portanto, é fundamental compreender que o acesso às funcionalidades do CECAD depende diretamente do cadastramento prévio das famílias no CadÚnico, sendo este o ponto de partida para toda a lógica de gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade. Essa sequência lógica – cadastramento no CadÚnico e posterior consulta e análise via CECAD – reforça a importância do trabalho das equipes da assistência social na porta de entrada do SUAS, especialmente nos CRAS, enquanto espaços de acolhida, escuta qualificada e inserção nos serviços, benefícios e programas.

Nessa direção, é possível interpretar o CadÚnico como uma tecnologia social de gestão, no sentido proposto por Cupani (2016) a partir das ideias de Mario Bunge. Trata-se de um instrumento racional, planejado e sistematizado, que organiza informações e transforma dados em conhecimento aplicado, garantindo maior eficiência e efetividade às políticas públicas. Assim, o CadÚnico não é apenas um cadastro administrativo, mas um artefato social estruturado para orientar decisões, reduzir vulnerabilidades e promover justiça social.

4 METODOLOGIA

4.1 Área de Estudo

O município de Guaratuba, está localizado (25°52'58" S e 48°34'30") no litoral do Estado do Paraná, a aproximadamente 120 km da capital Curitiba, integrando, juntamente com outros seis municípios, a Região do Litoral Paranaense.

Guaratuba destaca-se por suas belezas naturais, incluindo praias, ilhas e áreas de preservação ambiental, que consolidam sua vocação turística. Essa característica influencia diretamente a dinâmica econômica local, cuja principal fonte de geração de emprego e renda é o setor turístico. De acordo com dados do IBGE (2022b), Guaratuba apresenta uma população residente de 42.062 habitantes, o que representa um crescimento de 31,05% em relação ao Censo de 2010.

No entanto, a população fixa do município sofre um aumento significativo nos meses de alta temporada, especialmente entre dezembro e fevereiro. Durante esse período, a população da região litorânea do Paraná quadruplica, ultrapassando 1,2 milhão de pessoas, conforme dados do IBGE (2022b) e reportagens locais (Catto, 2023). Essa sazonalidade provoca impactos diretos no mercado de trabalho, que passa a depender fortemente de empregos temporários vinculados aos setores de hotelaria, comércio, alimentação e serviços diversos, todos atrelados ao turismo (IBGE, 2022b).

Embora o turismo seja essencial para a economia local, sua característica sazonal gera desafios significativos, como alta rotatividade de mão de obra, instabilidade econômica e limitação de oportunidades de emprego no período de baixa temporada. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam alternativas de inclusão produtiva, qualificação profissional e fortalecimento da autonomia econômica dos cidadãos, conforme ressalta Lima (2017), ao destacar a formação profissional como eixo estratégico para o enfrentamento da pobreza e a promoção da cidadania no âmbito da assistência social.

Diante desse contexto, como estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades sociais associadas à dependência econômica do turismo sazonal, a Prefeitura Municipal de Guaratuba, por meio da SMBEPS, implantou em 29 de abril de 2023 o CECAGER (Figura 1).

A unidade foi concebida com o objetivo de atender a demandas específicas da Política de Assistência Social, direcionando seus esforços à qualificação profissional e à promoção da inclusão socioeconômica de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, buscando, assim, contribuir para a redução da dependência dos empregos sazonais característicos do setor turístico.

Figura 1. Vista do Centro de Capacitação e Geração de Renda - (CECAGER). Figura imagem frontal do centro e figura B, imagem lateralizada.



Fonte: Prefeitura Municipal de Guaratuba

4.2 Abordagem metodológica adotada

O percurso metodológico desta dissertação foi delineado a partir de uma perspectiva descritiva e mista (qualitativa, quantitativa), sustentada por análise documental e bibliográfica. A escolha desse caminho relaciona-se à necessidade de compreender como o CECAGER atua na qualificação profissional e na geração de renda em Guaratuba/PR. Seguindo Gil (2019), esse tipo de estudo descreve fenômenos sociais em sua configuração real. Além disso, dialoga com a concepção de Cupani (2016), para quem a tecnologia — aqui entendida como tecnologia social — deve ser vista como ação racional e planejada, orientada à transformação concreta da realidade.

Além disso, utiliza-se o aporte da pesquisa documental, entendida como análise de registros e documentos já existentes (Lakatos; Marconi, 2010), aqui representados pelos relatórios administrativos do CECAGER, cadastros e dados do CECAD/CadÚnico. Paralelamente, a revisão bibliográfica foi fundamental para sustentar teoricamente a análise, permitindo confrontar dados empíricos com a produção científica sobre políticas públicas, inclusão produtiva e geração de renda.

No campo teórico-metodológico, a contribuição de Alberto Cupani (2016), que, ao dialogar com Mario Bunge, compreende a tecnologia como uma prática racional e planejada, fundamentada no conhecimento científico e voltada à transformação da realidade social. Nesse sentido, os procedimentos adotados nesta dissertação — incluindo a identificação e análise do perfil socioeconômico dos stakeholders atendidos pelo CECAGER a partir de dados do CECAD, a sistematização das ações desenvolvidas pelo centro, a elaboração de um web template e a formulação de uma proposta de política pública — podem ser entendidos como

tecnologias sociais, ou seja, práticas organizadas e baseadas em conhecimento, aplicadas ao campo da assistência social com vistas à inclusão produtiva e ao fortalecimento da cidadania.

Para a identificação do perfil socioeconômico dos stakeholders atendidos pelo CECAGER, foi realizado um levantamento de dados por meio da plataforma CECAD⁷. A ferramenta⁸ disponibilizada pelo Governo Federal permite consultar, extrair e analisar informações detalhadas sobre as famílias inscritas no CadÚnico. Nesse contexto, Cupani (2016), com base em Bunge, defende que a tecnologia deve ser compreendida como uma prática racional e planejada, orientada à transformação da realidade social. Sob essa ótica, o CECAD, enquanto ferramenta online do governo federal, pode ser interpretado como uma tecnologia social, pois sistematiza informações e as converte em conhecimento aplicado, qualificando a gestão das políticas públicas de assistência social e contribuindo para maior efetividade no atendimento às populações em vulnerabilidade.

O método utilizado para a extração de dados foi: Acesso à plataforma CECAD; Seleção do TABCAD – Tabulador do CadÚnico; Seleção com marcação Programa Bolsa Família (PBF)⁹; Seleção Geográfica (Estado): PR; Escolha do município: Guaratuba; Definição da variável coluna e da variável linha; Consulta das informações, com base nas variáveis disponíveis, relacionadas às famílias cadastradas no município de Guaratuba.

⁷ Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br>.

⁸ Dessa maneira, mesmo sem revelar informações individualizadas, o CECAD fornece subsídios fundamentais para a leitura crítica e a formulação de políticas públicas voltadas aos grupos em situação de vulnerabilidade acompanhados pelos serviços do CRAS e CREAS. Essa leitura evidencia que o público atendido corresponde justamente àquele em situação de risco e vulnerabilidade social, destinatário das ações e benefícios da assistência social, conforme estabelece a PNAS (Brasil, 2004) e o SUAS, que orientam a proteção social não contributiva e a promoção da cidadania (Brasil, 2005a). Além disso, destaca-se que a utilização de dados estatísticos para o planejamento e a avaliação das políticas públicas é preconizada como estratégia essencial para assegurar a efetividade das ações sociais, conforme apontam Silva *et al.* (2021).

⁹ O PBF foi relançado pelo Governo Federal em 2 de março de 2023 com a publicação da Medida Provisória nº 1.164. Trata-se de um programa de transferência direta e condicionada de renda que, por meio da articulação com outras políticas, atua para a superação da pobreza e transformação social das famílias beneficiárias. Ao integrar políticas públicas na assistência social, saúde e educação, o PBF fortalece o acesso das famílias a direitos básicos. O Programa oferece proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares. Famílias com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Benefício de Renda de Cidadania: pago para todos os integrantes da família, no valor de R\$ 142 por pessoa. Benefício Complementar: pago às famílias beneficiárias do PBF, caso o Benefício de Renda de Cidadania não seja o suficiente para alcançar o valor mínimo de R\$600 por família. O complemento é calculado para garantir que nenhuma família receba menos que o valor de R\$ 600; Benefício Primeira Infância: no valor de R\$ 150 por criança com idade entre 0 (zero) e 6 anos; Benefício Variável Familiar: pago às famílias que tenham em sua composição gestantes e/ou crianças, com idade entre 7 (sete) e 12 (doze) anos incompletos e/ou adolescentes, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos incompletos; no valor de R\$ 50 por pessoa que atenda estes critérios. Resgate das medidas de apoio às famílias que estão entrando no mercado de trabalho e aumentando sua renda. Com a Regra de Proteção, se a família melhorar de vida e a renda por pessoa subir para além da renda limite de entrada (linha de pobreza) e até meio salário-mínimo, o benefício não é imediatamente cortado. A família pode permanecer no programa por até 24 meses, recebendo 50% do valor do benefício. O valor de 50% da regra de proteção será aplicado partir de junho de 2023. Retorno garantido: as famílias que se desligarem voluntariamente do programa ou estiverem na regra de proteção e precisarem retornar ao programa, terão prioridade na concessão.

A partir dessa consulta, aplicado o filtro valor absoluto, foram selecionadas variáveis pertinentes à análise do perfil socioeconômico: Variável Bloco 1 grau de instrução com Variável Bloco 2 faixa de renda familiar per capita; Variável Bloco 1 indicação de benefício de transferências de renda (PBF) com Variável Bloco 2 número de famílias inscritas no CadÚnico no município de Guaratuba.

O mês já vem especificado na página do CECAD, não sendo possível escolher diferentes períodos. Como a pesquisa no CECAD foi realizada no mês de agosto do ano de 2024, os dados se referem a este período.

Embora os dados extraídos do CECAD não permitam a identificação direta dos indivíduos e famílias atendidos, assegurando a confidencialidade e a privacidade desses sujeitos, eles possibilitam identificar de forma estatística e agregada o perfil socioeconômico e demográfico do público atendido pelas políticas de assistência social. Nesse sentido, Gil (2019) observa que a pesquisa descritiva é especialmente adequada quando se busca caracterizar, de forma organizada e comparativa, as particularidades de uma população, como ocorre neste estudo ao traçar o perfil socioeconômico dos stakeholders. Complementarmente, Lakatos e Marconi (2017) destacam que a pesquisa documental se constitui em procedimento metodológico válido, sobretudo quando fundamentada em registros oficiais e bases de dados, os quais permitem a sistematização e análise rigorosa de informações já existentes.

Para a descrição das ações desenvolvidas pelo CECAGER, foi realizada uma pesquisa documental de caráter descritivo, com base na análise de registros administrativos do próprio centro nos anos de 2023 e 2024 disponibilizados pela coordenação do CECAGER, entre os quais se destacam: planilhas de matrícula, relatórios de atividades, relatórios finais dos cursos, registros de frequência, bem como documentos que demonstram a alocação de recursos financeiros. Conforme Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa documental consiste em um procedimento metodológico que permite recuperar, organizar e analisar dados já existentes, atribuindo-lhes novo significado à luz do problema de investigação. Nesse mesmo sentido, Gil (2019) ressalta que a pesquisa descritiva é especialmente adequada quando se busca caracterizar fenômenos sociais, identificar padrões e compreender dinâmicas sem manipulação de variáveis, o que se aplica diretamente à análise das ações do CECAGER.

Posteriormente, os dados foram organizados em planilhas e sistematizados em tabelas e gráficos. Foi realizada uma análise descritiva comparativa, considerando-se os valores absolutos, médias e variações percentuais entre os dois anos analisados afim de identificar tendências, crescimento ou redução na oferta de cursos, bem como a evolução do número de beneficiários e o volume de recursos aplicados. A opção por não utilizar testes inferenciais está

alinhada ao caráter descritivo do estudo, privilegiando a interpretação direta dos dados secundários e a identificação de padrões visíveis, o que, à luz de Cupani (2016), pode ser entendido como prática racional e planejada orientada à transformação da realidade social. Assim, a sistematização e a interpretação dos registros do CECAGER configuram-se como uma tecnologia social de gestão, que organiza informações e as converte em conhecimento aplicado à formulação e ao aprimoramento das políticas públicas de assistência social.

A partir dessas etapas, em que se buscou compreender o perfil socioeconômico dos stakeholders e descrever as ações do CECAGER, tornou-se possível avançar para o terceiro objetivo específico da pesquisa: a elaboração de um recurso digital capaz de ampliar a comunicação institucional e fortalecer a divulgação das oportunidades oferecidas. Nesse sentido, o desenvolvimento do web template não se restringiu a uma atividade técnica, mas configurou-se como uma extensão metodológica do estudo, articulando os achados da análise documental com referenciais teóricos e práticos sobre arquitetura da informação e gestão de ambientes digitais.

Para isso, foi realizada uma revisão de literatura em bases acadêmicas como a SciELO e o Google Scholar, contemplando temas relacionados à arquitetura da informação, usabilidade, acessibilidade e gestão de websites institucionais. Em complemento, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória voltada à identificação de diferentes estruturas, funcionalidades e padrões de design em plataformas digitais, como ThemeForest (2024)¹⁰ e TemplateMonster (2024)¹¹, que oferecem ampla variedade de templates modernos e responsivos direcionados a instituições educacionais, organizações sociais e centros comunitários. Além disso, foram analisados websites de instituições nacionais de referência em qualificação profissional, como o SENAI¹² e o Sebrae¹³ e o QUALIFICA SP¹⁴, a fim de compreender como tais organizações estruturam seus conteúdos, disponibilizam informações e organizam recursos visuais e informativos para os usuários.

A primeira etapa consistiu na definição clara do objetivo e do público-alvo do template. Essa definição fundamentou a estrutura e o design, assegurando que fossem adequados às necessidades informacionais e comunicativas dos stakeholders atendidos. O propósito central foi criar um ambiente digital acessível, intuitivo e funcional, que facilitasse o acesso às informações sobre os cursos e oportunidades promovidas pelo CECAGER.

¹⁰ Disponível em <https://themeforest.net/>.

¹¹ Disponível em: <https://www.templatemonster.com/pt>.

¹² Disponível em: <https://sc.senai.br/>.

¹³ Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>.

¹⁴ Disponível em: <https://www.qualificasp.sp.gov.br>.

A segunda etapa envolveu a escolha da plataforma para o desenvolvimento do template. Optou-se por um sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS) flexível, como o WordPress, dada a sua capacidade de personalização e a facilidade de gerenciamento de conteúdos, aspectos fundamentais para atender às demandas do público-alvo quanto à natureza dinâmica das ações do CECAGER.

Na terceira etapa, procedeu-se à criação de um esboço inicial que organizou de forma lógica e sequencial a estrutura das páginas, menus e seções. Essa fase foi essencial para garantir a clareza na navegação e coerência na apresentação das informações, mantendo foco na simplicidade e na usabilidade.

A quarta etapa consistiu na definição da paleta de cores e fontes, escolhidas com o propósito de transmitir acolhimento, confiabilidade e profissionalismo, em conformidade com a identidade visual da política municipal de assistência social e com o perfil do público atendido.

Na quinta etapa, foram inseridos recursos visuais, como imagens e elementos gráficos complementares, cuidadosamente selecionados para reforçar o caráter informativo e atrativo do template, favorecendo a compreensão e estimulando o engajamento dos usuários.

A sexta etapa contemplou a verificação da responsividade do template, assegurando que a interface fosse funcional em múltiplos dispositivos — smartphones, tablets e computadores. Essa adequação foi considerada essencial para garantir equidade no acesso às informações, especialmente em razão das condições materiais e tecnológicas da população-alvo.

Por fim, a sétima etapa compreendeu a personalização final do template, contemplando ajustes necessários para alinhar o conteúdo e o design aos objetivos do projeto e às diretrizes da política pública de assistência social. Esse conjunto de procedimentos sistematizados resultou na elaboração de um recurso digital que fortalece as ações de qualificação profissional e geração de renda promovidas pelo CECAGER.

Em termos metodológicos, a construção do template reafirma o caráter racional e planejado da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2017), a sistematização das etapas é condição fundamental para a cientificidade do processo investigativo; Gil (2019) reforça que a pesquisa descritiva se mostra apropriada quando a intenção é organizar informações e propor soluções concretas a partir da realidade observada; e Cupani (2016), ao discutir a tecnologia como prática racional orientada à transformação, oferece a chave interpretativa que permite compreender o template como uma tecnologia social aplicada, concebida para traduzir conhecimento em instrumentos práticos voltados à inclusão produtiva e ao fortalecimento da cidadania.

Assim, as três primeiras etapas metodológicas — a identificação do perfil socioeconômico dos stakeholders, a descrição das ações desenvolvidas pelo CECAGER e a elaboração de um web template institucional — constituíram fases complementares de diagnóstico e instrumentalização da pesquisa. Enquanto as duas primeiras permitiram compreender o público atendido e avaliar a efetividade das ações já em curso, a terceira etapa traduziu esses achados em um recurso digital voltado à comunicação e à ampliação da acessibilidade das oportunidades oferecidas. Esse percurso criou as condições necessárias para o alcance do quarto objetivo específico: a formulação de uma proposta de formação permanente e de incubação de empreendimentos populares, estruturada de forma a responder às demandas identificadas, potencializar os resultados do CECAGER e oferecer alternativas de inclusão produtiva sustentáveis aos egressos.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica nas plataformas SciELO, Google Scholar e CAPES Periódicos, utilizando como palavras-chave: formação continuada, qualificação profissional, políticas públicas de inclusão produtiva, egressos de programas sociais, geração de renda e vulnerabilidade social. Essa revisão permitiu identificar conceitos, abordagens e estratégias reconhecidas na literatura capazes de fundamentar a política pública proposta. Foram também consultadas experiências exitosas de municípios brasileiros, como Maringá (PR) e São Bernardo do Campo (SP), que implementaram políticas inovadoras de qualificação profissional voltadas a populações em situação de vulnerabilidade social, conforme registros oficiais do Governo do Estado do Paraná (2024) e da Prefeitura de São Bernardo do Campo (2024). Essas práticas nacionais dialogam com recomendações de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que reforçam a relevância de políticas integradas capazes de articular qualificação, orientação gerencial e sustentabilidade econômica (OIT; CEPAL; PNUD, 2018).

O levantamento envolveu a sistematização de dados administrativos do CECAGER referentes aos cursos ofertados, número de egressos, taxa de conclusão e inserção no mercado de trabalho. Esses dados, organizados em planilhas e relatórios, permitiram identificar áreas de maior e menor adesão, configurando uma base quantitativa sólida para a análise. A interpretação foi realizada por meio de cálculos simples de frequência e percentual, possibilitando compreender as taxas de participação, conclusão e empregabilidade. Tal opção metodológica se alinha ao que Gil (2019) descreve como característica central da pesquisa descritiva: a

organização e análise de fenômenos sociais sem manipulação de variáveis, mas de forma sistemática e comparativa.

A triangulação entre os dados sistematizados e a revisão bibliográfica conduziu à elaboração da proposta de política pública continuada, estruturada em componentes-chave:

- Formação Continuada Modular, alinhada às áreas de maior adesão e empregabilidade;
- Serviço de Assessoria Técnica e Mentoria, com apoio para desenvolvimento de planos de negócios e formalização como Microempreendedor Individual (MEI);
- Incubadora Social de Empreendimentos, com estrutura física e técnica para testagem e organização de pequenos negócios;
- Feiras e Rodadas de Negócios, para ampliação das oportunidades de comercialização e articulação com o setor privado;
- Sistema de Monitoramento e Avaliação, com indicadores que possibilitem acompanhar, avaliar e ajustar continuamente as ações.

À luz de Lakatos e Marconi (2017), a combinação entre dados quantitativos e pesquisa bibliográfica/documental evidencia a validade metodológica do processo, uma vez que se apoia em fontes confiáveis para construir novas interpretações. Complementarmente, Cupani (2016), ao se apoiar em Bunge, oferece a chave para compreender essa proposta como tecnologia social planejada, na medida em que traduz conhecimento científico e empírico em instrumentos de intervenção prática, orientados à transformação da realidade de grupos vulneráveis. Nesse sentido, a implantação de uma política pública de formação continuada e incubação de empreendimentos populares configura-se como desdobramento metodológico e estratégico do estudo, articulando teoria, dados e inovação em favor da inclusão produtiva e da cidadania.

Em síntese, a trajetória metodológica desta dissertação foi estruturada em quatro etapas articuladas: a identificação do perfil socioeconômico dos stakeholders atendidos pelo CECAGER, a descrição das ações desenvolvidas pelo centro, a elaboração de um web template institucional e a formulação de uma proposta de política pública de formação continuada e incubação de empreendimentos populares. Cada uma dessas fases, embora possua técnicas e procedimentos específicos, encontra-se interligada por um fio condutor que privilegia a análise descritiva e documental (Gil, 2019; Lakatos; Marconi, 2017), fundamentada em fontes confiáveis e orientada pela necessidade de interpretar e intervir na realidade social. Ao mesmo tempo, esse percurso reflete a concepção de tecnologia social apresentada por Cupani (2016), segundo a qual práticas racionais e planejadas, baseadas em conhecimento científico, podem

ser aplicadas à transformação das condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a metodologia adotada não apenas garante consistência científica à pesquisa, mas também consolida a integração entre teoria e prática, orientando a construção de respostas inovadoras e sustentáveis para o fortalecimento da qualificação profissional e da geração de renda no município de Guaratuba.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil socioeconômico dos stakeholders atendidos pelo CECAGER demonstra sintonia com as ações e com o público-alvo definidos pela Política de Assistência Social, reafirmando o caráter de proteção social não contributiva que orienta o SUAS. A identificação dessas características exige compreender o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) como ferramenta estratégica de gestão e planejamento. Instituído pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o CadÚnico constitui-se em um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, utilizado para a seleção e integração de programas sociais do Governo Federal (Brasil, 2007). Sua regulamentação foi posteriormente complementada pela Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, hoje vinculado ao MDS.

O processo de cadastramento no CadÚnico é realizado sob responsabilidade dos municípios, operacionalizado principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que compõem a proteção social básica no âmbito do SUAS. A coleta dos dados é conduzida por entrevistadores sociais capacitados, mediante entrevistas domiciliares ou presenciais, com base em formulário padronizado, segundo as orientações do MDS. As informações registradas abrangem múltiplos aspectos, como composição familiar, características da moradia, escolaridade, situação de trabalho e renda de todos os membros da família, entre outros elementos que permitem caracterizar as condições de vida da população em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2007; 2011a).

Nesse contexto, é possível compreender o CadÚnico não apenas como um cadastro administrativo, mas como uma tecnologia social de gestão, na acepção proposta por Cupani (2016), inspirada em Bunge, que entende a tecnologia como prática racional e planejada orientada à transformação da realidade. Ao sistematizar e organizar dados de forma padronizada, o CadÚnico converte informações individuais em conhecimento aplicado à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, qualificando a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais.

Nesse contexto, o CECAGER recebe encaminhamentos das unidades CRAS e CREAS, que se configuram como as principais portas de entrada do SUAS para a Proteção Social Básica (PSB) e para a Proteção Social Especial (PSE), respectivamente (Brasil, 2009). Esses encaminhamentos são subsidiados pelas informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que constitui o principal instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda no Brasil (Brasil, 2023a). Por meio do sistema

CECAD, a gestão municipal tem acesso a dados estatísticos e agregados fundamentais para o planejamento, monitoramento e execução de políticas públicas, assegurando a confidencialidade e a privacidade dos usuários. Nessa perspectiva, Cupani (2016), interpreta a tecnologia como prática racional e planejada orientada à transformação social, o que permite compreender o CadÚnico/CECAD como uma tecnologia social de gestão, capaz de organizar informações e convertê-las em conhecimento aplicado à política pública.

O perfil dos stakeholders do CECAGER – composto majoritariamente por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, com baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho – encontra-se alinhado às diretrizes do SUAS e às prioridades estabelecidas no Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016), que visam romper ciclos de exclusão e ampliar as oportunidades de acesso a direitos por meio da proteção social, da inclusão produtiva e da promoção da autonomia. Essa compreensão dialoga com Behring e Boschetti (2011), que ressaltam a assistência social como política pública de insegurança voltada à redução das desigualdades estruturais no Brasil.

A articulação entre o CECAGER, os CRAS, o CREAS e a Casa da Criança e do Adolescente (CCA) evidencia a efetividade do SUAS na identificação e no atendimento de populações em situação de vulnerabilidade, ao promover a inclusão produtiva e a qualificação profissional como estratégias centrais para a superação das desigualdades sociais (Brasil, 2004; 2005a).

Os dados extraídos da plataforma CECAD referem-se às famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba, com marcação do Programa Bolsa Família (PBF). Para fins de análise, foram consideradas inicialmente as variáveis grau de instrução e faixa de renda familiar per capita, cujos resultados estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1. Grau de instrução e faixa de renda per capita das famílias cadastradas no CadÚnico de Guaratuba, PR do Programa Bolsa Família referente agosto de 2024.

Grau de Instrução	Faixa da renda familiar per capita					
	Pobreza 1 (até R\$ 109)	Pobreza 2 (de R\$ 109 a R\$ 218)	Baixa Renda	Acima de ½ s. mínimo	Sem resposta	Total
Sem instrução	636	1.110	1.021	792	0	3.549
Fundamental incompleto	1.081	560	1.615	2.427	0	6.683
Fundamental completo	331	497	496	562	0	1.886

Médio incompleto	317	49	06	476	0	1.949
Médio completo	409	782	1.010	1.306	0	3.507
Superior incompleto ou mais	50	60	172	436	0	718
Sem resposta	494	757	521	189	0	1.961
Total	3.308	5.315	5.441	6.188	0	20.552

Fonte: CECAD/agosto 2024 (organizado pela autora), Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br>.

A distribuição do grau de instrução em correlação com a faixa de renda familiar per capita das famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba, permitiu fundamentar por que as categorias Pobreza 1 (renda de até R\$ 109,00) e Pobreza 2 (de R\$ 109,00 a R\$ 218,00) foram consideradas como os principais stakeholders atendidos pelo CECAGER (Tabela 1).

A análise evidencia que a maioria dos beneficiários do centro se concentra nessas faixas de renda, o que revela a sobreposição de duas dimensões críticas: a baixa escolaridade e a insuficiência de renda. Esse quadro encontra respaldo em Castel (1998) e Paugam (2009), que identificam na fragilidade do capital educacional e econômico um dos principais fatores de produção e reprodução da vulnerabilidade social. Conforme destaca o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2019a), os dados do Cadastro Único são fundamentais não apenas para a gestão dos benefícios socioassistenciais, mas também para a formulação de políticas públicas que considerem as desigualdades estruturais dos territórios e promovam a equidade no acesso aos direitos sociais. Além disso, como reforçam Gaiger (2020) e Silva (2020), a limitação do capital educacional compromete significativamente tanto a inserção no mercado de trabalho formal quanto o desenvolvimento de iniciativas autônomas de geração de renda. Esse cenário justifica a priorização de políticas públicas voltadas à qualificação profissional e à inclusão produtiva, especialmente em territórios vulneráveis, onde se concentram populações com menor acesso a oportunidades educacionais e econômicas. Portanto, a definição das famílias de baixa renda — especialmente aquelas nas faixas Pobreza 1 e Pobreza 2 — como público prioritário do CECAGER não apenas reflete uma necessidade diagnosticada localmente, mas também está em consonância com os referenciais teóricos e normativos que sustentam a política de assistência social no Brasil.

Sob a ótica metodológica, a utilização dos dados do CadÚnico/CECAD demonstra a relevância da pesquisa documental como estratégia de análise. Para Lakatos e Marconi (2017), esse procedimento assegura confiabilidade à investigação, uma vez que se fundamenta em

registros oficiais que permitem a sistematização e a interpretação de informações já disponíveis. Em complemento, Gil (2019) aponta que a pesquisa descritiva é especialmente adequada quando se busca caracterizar fenômenos sociais em suas múltiplas dimensões, o que se evidencia aqui na correlação entre renda, escolaridade e vulnerabilidade.

De acordo com o Ministério da Cidadania (Brasil, 2021), o CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, sendo que a classificação Pobreza 1 corresponde àquelas famílias com renda per capita de até R\$ 109,00, enquanto a Pobreza 2 abrange famílias com renda per capita entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00. Esses grupos são os principais públicos-alvo da PSB no âmbito do SUAS, especialmente dos CRAS, conforme estabelece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

O CadÚnico, ao possibilitar a organização e agregação de informações em escala nacional e local, não deve ser compreendido apenas como um cadastro administrativo, mas como uma tecnologia social de gestão. Conforme Cupani (2016), a tecnologia é uma prática racional e planejada, voltada à transformação da realidade social. Sob essa perspectiva, o CadÚnico/CECAD converte informações individuais em conhecimento aplicado, qualificando a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de assistência social.

Nesse sentido, a priorização das famílias de baixa renda — especialmente aquelas situadas nas faixas Pobreza 1 e Pobreza 2 — como público do CECAGER não apenas reflete uma necessidade diagnosticada localmente, mas também reafirma a coerência do município com as diretrizes nacionais da assistência social, expressas na LOAS (Brasil, 1993), na PNAS (Brasil, 2004), na Tipificação Nacional (Brasil, 2009) e no Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016).

Experiências como o Programa Qualifica Recife, analisado em relatório do IPEA (2018b), mostram que a utilização dos dados do Cadastro Único como critério de focalização tem se mostrado eficaz para priorizar os públicos mais vulneráveis nos programas de qualificação profissional. Em Recife, a política pública articulou cursos técnicos voltados a áreas com maior empregabilidade e ações de apoio pós-formação, como formalização via MEI e acesso a crédito orientado.

Outro exemplo relevante é a experiência do programa Empreenda Rápido, do Governo do Estado de São Paulo, implementado em parceria com o SEBRAE. Segundo dados sistematizados pela Fundação Seade (2022), o programa atua com foco em empreendedores de baixa renda, especialmente inscritos no CadÚnico, promovendo formação técnica, orientação gerencial e inserção em feiras de economia solidária.

O relatório “Plano de Ação para Promoção da Cidadania 2024–2027” de abrangência nacional, destaca que populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica — especialmente aquelas com renda per capita até R\$ 218 mensais — continuam sendo prioritárias para políticas de inclusão social e capacitação profissional, que essas famílias enfrentam barreiras multifacetadas, como baixa escolaridade, desemprego estrutural e condições habitacionais precárias, o que reforça a relevância de intervenções integradas que articulem geração de emprego, educação e proteção social (Brasil, 2024b).

Embora seja um documento de referência para todo o território brasileiro, os desafios apontados encontram aderência direta à realidade da região Sul, em especial ao município de Guaratuba/PR, onde este estudo foi desenvolvido. Os dados extraídos do CadÚnico do município de Guaratuba confirmam plenamente o diagnóstico apresentado pelo documento federal. O levantamento socioeconômico realizado demonstra que uma parcela significativa das famílias cadastradas se encontra dentro das faixas denominadas Pobreza 1 (renda per capita até R\$ 109,00) e Pobreza 2 (renda entre R\$ 109,01 e R\$ 218,00). Esses grupos apresentam, de forma recorrente, baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho e condições habitacionais vulneráveis, o que corrobora o cenário descrito no Plano de Ação nacional.

A comparação entre os dados locais e o diagnóstico nacional reforça que, apesar das especificidades territoriais, as expressões da questão social — como aponta Sposati (2017) — manifestam-se de maneira semelhante no município de Guaratuba, sobretudo quando relacionadas à reprodução da pobreza e da desigualdade estrutural no Brasil. Esse alinhamento evidencia que as barreiras enfrentadas pelas famílias guaratubanas não são isoladas, mas refletem um padrão nacional de exclusão social, agravado pelas limitações educacionais, pelo desemprego estrutural e pela insuficiência de políticas de desenvolvimento econômico local, tal como destacado também por Castel (1998) e Paugam (2009).

Em 2024 e 2025, o CadÚnico continuou a desempenhar um papel fundamental na identificação e caracterização de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil. Segundo dados do MDS, até abril de 2024, aproximadamente 23,5 milhões de famílias estavam registradas no CadÚnico com renda per capita mensal de até R\$ 218,00 e até abril de 2025, cerca de 40 milhões de famílias no Brasil estavam inscritas no CadÚnico, sendo 70% delas com renda mensal per capita abaixo desse limite (Brasil, 2024a, 2025).

Esse cenário de abrangência nacional, reflete diretamente a realidade dos estados e municípios brasileiros, inclusive no PR, que apresenta desafios semelhantes no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção da inclusão produtiva. Segundo dados do próprio CadÚnico (Brasil, 2024a), até abril de 2025, o PR contava com aproximadamente 1,5 milhão

de famílias inscritas no CadÚnico, sendo que, assim como no panorama nacional, a maioria dessas famílias — cerca de 68% — possuía renda per capita mensal inferior a R\$ 218,00, caracterizando-se nas faixas de Pobreza 1 e Pobreza 2. Esse dado revela que, embora o PR seja frequentemente associado a indicadores de desenvolvimento econômico superiores à média nacional, as desigualdades regionais e intramunicipais persistem de forma significativa, especialmente nos territórios litorâneos, onde as economias locais são altamente dependentes do turismo sazonal e de atividades informais, como é o caso do município de Guaratuba.

No contexto específico de Guaratuba, os dados extraídos do CadÚnico municipal confirmam a tendência nacional: uma parte expressiva das famílias cadastradas encontra-se nas faixas de renda classificadas como pobreza e extrema pobreza, com renda mensal per capita inferior a R\$ 218,00. Além disso, esses núcleos familiares apresentam características associadas à baixa escolaridade, instabilidade ocupacional e forte dependência de empregos temporários e informais, elementos que agravam a vulnerabilidade social local. Nesse sentido, considerando que as unidades assistenciais do município priorizam exatamente essa população — em consonância com a PNAS (Brasil, 2011a) — e que o Programa Bolsa Família (PBF) figura entre os principais instrumentos de transferência de renda do país, o CECAGER assume um papel estratégico ao promover a inclusão social e ampliar as possibilidades de inserção produtiva (Tabela 2).

Tabela 2. Famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba com indicação se estão incluídas no Programa Bolsa Família referente à agosto de 2024.

	RECEBE PBF FAMÍLIA			
	Não	Sim	Sem Resposta	TOTAL
PR-Guaratuba	6.670	4.390	0	11.060
TOTAL	6.670	4.390	0	11.060

Fonte: CECAD/agosto 2024 (organizado pela autora). Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br>.

A análise dos dados das famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guaratuba que possuem a marcação de inclusas no PBF, permitiu a construção de perfis socioeconômicos dos stakeholders atendidos, indicando que aproximadamente 39,7% das famílias cadastradas em Guaratuba recebem o benefício do PBF, o que evidencia que uma significativa parcela da população se encontra em situação de vulnerabilidade social. Essa constatação está em sintonia com estudos que reconhecem o papel do PBF como instrumento essencial de proteção social para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil (Souza; Osório, 2024). De acordo com esses autores, programas de transferência de renda têm um impacto positivo tanto

na redução da pobreza quanto na melhoria das condições de vida, destacando a importância do PBF nesse contexto. Por outro lado, a maioria das famílias (60,3%) não recebe o benefício, o que pode estar relacionado tanto à superação dos critérios de elegibilidade quanto a dificuldades na realização e atualização do CadÚnico (Tabela 2) e em um estudo dedicado à "Estimativa de Famílias Pobres e de Baixa Renda no CadÚnico", destacam que a qualidade cadastral é um fator determinante para o alcance do PBF e de outras políticas sociais. Essa análise, de caráter eminentemente descritivo, está em sintonia com Gil (2019), que destaca a pertinência da pesquisa descritiva quando o objetivo é caracterizar populações específicas a partir de dados organizados e comparativos.

Contudo, o Guia de Políticas e Programas do MDS (Brasil, 2017) destaca que a mera transferência de renda — como no Bolsa Família — não é suficiente para garantir a emancipação das famílias. Segundo o documento, essas ações devem ser combinadas com políticas estruturais, incluindo a articulação de programas de transferência de renda, inclusão social produtiva, assistência social e segurança alimentar, visando assegurar que os recursos transferidos promovam transformação social sustentável.

A análise dos dados coletados no âmbito do CECAGER, em Guaratuba, corrobora de forma direta os apontamentos destacados no Guia de Políticas e Programas do MDS (Brasil, 2023a). O levantamento realizado demonstra que, embora uma parcela significativa das famílias atendidas esteja inserida no CadÚnico e seja beneficiária de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, essa política isoladamente não tem sido capaz de assegurar a superação das situações de vulnerabilidade e pobreza no município.

Sob o ponto de vista metodológico, o uso do CadÚnico/CECAD como fonte de informação reafirma a validade da pesquisa documental. Lakatos e Marconi (2017) ressaltam que o trabalho com registros oficiais e sistematizados constitui um procedimento essencial para garantir confiabilidade e rigor às investigações sociais. Assim, a análise do perfil das famílias beneficiárias do PBF em Guaratuba não se restringe à descrição quantitativa, mas fundamenta-se em metodologia reconhecida e consolidada na pesquisa científica.

Além disso, é possível compreender o CadÚnico/CECAD como uma tecnologia social de gestão, na acepção de Cupani (2016), segundo a qual a tecnologia é uma prática racional e planejada, voltada à transformação da realidade. Ao organizar informações e convertê-las em conhecimento aplicado, essa ferramenta possibilita que o município identifique vulnerabilidades, estruture políticas públicas e direcione ações integradas para a redução da pobreza e promoção da autonomia.

Conforme o próprio MDS alerta, a transferência de renda é uma condição necessária, mas não suficiente para promover a emancipação social e econômica das famílias. Esse entendimento é claramente observado no diagnóstico local, onde predomina um público marcado por baixa escolaridade, fragilidade na inserção no mercado de trabalho, dependência de empregos sazonais e atividades informais, além de enfrentar desafios relacionados à insegurança alimentar e à precarização das condições de moradia (Brasil, 2023a).

A partir desse contexto, a atuação do CECAGER se alinha exatamente às diretrizes da legislação federal, ao reconhecer que a saída das famílias da condição de vulnerabilidade exige mais do que o acesso aos benefícios de transferência de renda. Exige a articulação intersetorial com políticas de qualificação profissional, geração de renda, apoio ao empreendedorismo, fortalecimento dos vínculos comunitários e acesso a serviços socioassistenciais. Essa estratégia busca não apenas assegurar a sobrevivência imediata, mas também construir trajetórias de autonomia e sustentabilidade social.

Essa comparação reforça ainda que, embora os programas de transferência de renda sejam essenciais para mitigar os efeitos imediatos da pobreza, sua eficácia plena está condicionada à existência de políticas complementares que garantam às famílias oportunidades reais de desenvolvimento social e econômico. Portanto, a experiência do CECAGER evidencia, na prática, a materialização das diretrizes nacionais em nível local, adaptando-se às especificidades territoriais e às demandas do município de Guaratuba.

Comparando o perfil dos beneficiários do CECAGER com os de outros programas de políticas públicas voltados à capacitação e geração de renda: O Programa Qualifica Recife – Recife/PE, implementado pela Prefeitura do Recife, oferece cursos profissionalizantes gratuitos em diversas áreas, como administração, tecnologia, saúde, línguas, vestuário, culinária e indústria. As formações são destinadas a cidadãos a partir de 14 anos, com prioridade para pessoas inscritas no CadÚnico, especialmente aquelas beneficiárias do PBF. O programa visa promover a inclusão produtiva e a geração de emprego e renda para populações em situação de vulnerabilidade social.

Visando o público em vulnerabilidade, o Programa Qualifica Mulher – Governo Federal, destina-se prioritariamente a mulheres em situação de vulnerabilidade social, com renda mensal de até um salário mínimo e meio, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental e/ou médio ou que não tenham escolaridade. O programa oferece ações de qualificação profissional, trabalho e empreendedorismo, visando à geração de emprego e renda para essas mulheres.

Nesta mesma linha, o CEPROCAMP, vinculado à FUMEC, oferece cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos. O perfil dos alunos é majoritariamente composto por pessoas com baixa renda, que buscam melhorar sua condição socioeconômica por meio da qualificação profissional. Os cursos são destinados a indivíduos com 16 anos ou mais, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental.

Já o Programa Empreenda Fácil, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, tem como objetivo desburocratizar e acelerar o processo de abertura de empresas, integrando procedimentos municipais, estaduais e federais. Embora não seja exclusivamente voltado para populações em situação de vulnerabilidade, o programa beneficia empreendedores de diversos perfis, incluindo aqueles que buscam formalizar pequenos negócios como estratégia de geração de renda. A iniciativa contribui para a inclusão produtiva ao facilitar o acesso ao empreendedorismo formal.

A comparação entre o CECAGER e os programas mencionados revela tanto convergências quanto divergências em relação aos públicos-alvo e às bases legais que orientam suas ações. Do ponto de vista metodológico, como destaca Gil (2019), a análise descritiva permite observar e caracterizar fenômenos sociais distintos, possibilitando comparações organizadas que iluminam os padrões de inclusão produtiva em diferentes territórios. Nesse sentido, o cotejamento entre as experiências reforça a validade da análise.

Quanto ao público-alvo, observa-se que tanto o CECAGER quanto os programas Qualifica Recife, Qualifica Mulher e CEPROCAMP priorizam indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com baixa renda e escolaridade limitada. Já o Empreenda Fácil, embora não seja exclusivamente voltado para esse público, também beneficia empreendedores de baixa renda ao facilitar a formalização de negócios. A utilização de dados oficiais e registros institucionais para essa comparação reafirma a perspectiva de Lakatos e Marconi (2017), para quem a pesquisa documental é um procedimento metodológico confiável, pois permite organizar informações existentes e interpretá-las em novos contextos.

No que se refere às bases legais, o CECAGER atua em conformidade com a PNAS e o SUAS, utilizando o CadÚnico como instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias. O Programa Qualifica Mulher é respaldado pelo Decreto nº 11.309/2022, enquanto o Qualifica Recife e o CEPROCAMP estão vinculados a políticas públicas locais. Já o Empreenda Fácil configura-se como iniciativa administrativa de desburocratização, voltada ao fomento do empreendedorismo. Essa diversidade de arranjos institucionais evidencia, à luz de Cupani (2016), que diferentes programas podem ser

compreendidos como tecnologias sociais de gestão, isto é, práticas racionais e planejadas que, a partir de contextos diversos, buscam promover inclusão produtiva e reduzir vulnerabilidades.

Por fim, observa-se que, apesar das diferenças institucionais, todos os programas analisados compartilham objetivos semelhantes, adaptando-se às especificidades regionais e às necessidades dos públicos atendidos. Essa convergência reforça que a qualificação profissional e a inclusão produtiva são dimensões centrais das políticas sociais contemporâneas, ainda que assumam formatos diferenciados segundo os contextos locais e as bases normativas que os sustentam.

A tabela 3, evidencia que, embora todos os programas analisados compartilhem o objetivo de promover a inclusão produtiva, diferenciam-se em relação às suas bases legais, ao público prioritário e ao foco estratégico de atuação. No caso do CECAGER, observa-se um alinhamento direto às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e ao SUAS, configurando-o como uma política de proteção social não contributiva, voltada à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, identificada principalmente por meio do CadÚnico. Essa escolha metodológica reforça, conforme Lakatos e Marconi (2017), a importância da pesquisa documental como instrumento de legitimidade e confiabilidade, uma vez que se ancora em registros oficiais e sistematizados para orientar a ação pública. Além disso, o uso comparativo dos dados encontra respaldo em Gil (2019), que destaca a pertinência da pesquisa descritiva para caracterizar fenômenos sociais de forma organizada, permitindo cotejar diferentes experiências nacionais e locais. Por outro lado, ao considerar a concepção de tecnologia apresentada por Cupani (2016), pode-se compreender que tanto o CECAGER quanto os demais programas descritos se configuram como tecnologias sociais de gestão:

Tabela 3. Avaliação comparativa entre CECAGER (Guaratuba) e Programas de qualificação/empreendedorismo (Recife, Campinas, São Paulo)

Programa/ Instituição	Público-Alvo Prioritário	Base Legal/Política	Foco Estratégico
CECAGER (Guaratuba/ PR)	Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas no CadÚnico, com baixa escolaridade e inserção precária no mercado de trabalho.	PNAS (2004), SUAS, Tipificação Nacional (2009).	Qualificação profissional, geração de renda, inclusão produtiva articulada à assistência social.
Qualifica Recife (Recife/PE)	Cidadãos a partir de 14 anos, com prioridade para inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF.	Política municipal de assistência social e inclusão produtiva.	Cursos profissionalizantes em áreas de maior empregabilidade (administração, tecnologia, saúde, indústria etc.).

Qualifica Mulher (Governo Federal)	Mulheres em situação de vulnerabilidade social, com renda de até 1,5 salário mínimo.	Decreto nº 11.309/2022 (Governo Federal).	Qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo feminino e geração de emprego e renda.
CEPROCA MP/FUMEC (Campinas/SP)	Pessoas de baixa renda, a partir de 16 anos, com ensino fundamental em andamento ou concluído.	Política municipal de educação profissional vinculada à FUMEC.	Cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos.
Empreenda Fácil (São Paulo/SP)	Empreendedores em geral, incluindo os de baixa renda interessados em formalizar negócios.	Integração entre órgãos municipais, estaduais e federais.	Desburocratização e aceleração da abertura de empresas, apoio à formalização de pequenos negócios.

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados oficiais dos programas e legislação correspondente (Brasil, 2004; 2009; 2022; Prefeitura de Recife, 2023; Prefeitura de São Paulo, 2023; FUMEC, 2023).

práticas racionais, planejadas e baseadas em conhecimento científico, aplicadas à transformação da realidade de populações vulneráveis. Assim, a análise comparativa não apenas amplia a compreensão do papel do CECAGER no município de Guaratuba, mas também o posiciona em diálogo com experiências de diferentes territórios, reafirmando sua relevância como modelo de integração entre assistência social, qualificação profissional e geração de renda.

As ações realizadas pelo CECAGER nos anos de 2023 e 2024 (Tabela 4) envolveram a oferta de cursos em diversas áreas, com ênfase em técnicas de preparo e produção de alimentos — como doces, salgados, pães, bolachas, lanches e bolos —, além de capacitações em inclusão digital e estética. Destaca-se, nesse contexto, o número de stakeholders participantes por unidade de atendimento, assim como a forma de parceria estabelecida em cada curso, evidenciando a articulação entre diferentes setores e agentes envolvidos. Essa diversidade de ofertas e de estratégias de cooperação reflete uma proposta alinhada aos princípios da inclusão produtiva e da promoção da autonomia dos beneficiários, em consonância com os princípios da PNAS (Brasil, 2004) e com as diretrizes do MDS (Brasil, 2019b). Conforme Gil (2019), a análise descritiva de experiências permite identificar padrões e comparar iniciativas, de modo a compreender como políticas e programas se materializam em diferentes territórios. Nesse sentido, a tabela 3 não apenas lista cursos, mas traduz em números a efetividade da articulação intersetorial e comunitária no âmbito do SUAS.

Tabela 4. Cursos desenvolvidos no CECAGER durante o período de 2023 e 2024.

Ano	Curso/Parceria	Data da realização	Unidade Indicadora/ Nº de Stakeholders	Carga Horária	Número de Vagas	Pré-Requisitos
2023	Produção Artesanal de Massas Frescas (Voluntariado)	13/06	CRAS I:1, CRAS II:5, CREAS:1	3 horas	20	Maior de 18 anos, 5º ano EF
	Produção Artesanal de Geleias e Doces (SENAR)	14-15/06	CRAS I:3, CRAS II:1, CREAS:1	16 horas	20	Maior de 18 anos
	Produção Artesanal: Panificação (SENAR)	21-22/06	CRAS I:4, CRAS II:5, CREAS:3	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Produção Artesanal de Molhos e Conservas (SENAR)	06-07/07	CRAS I:2, CRAS II:4, CREAS:1	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Produção Artesanal de Mini Cakes (Voluntariado)	16/08	CRAS I:3, CRAS II:5, CREAS:1	4 horas	20	Maior de 18 anos, 5º ano EF
	Designer de Sobrancelhas (Voluntariado)	15-16/09	CRAS I:5, CRAS II:5, CREAS:1	7 horas	20	Maior de 18 anos, 8º ano EF
	Compotas e Frutas Desidratadas (SENAR)	21-22/09	CRAS II:4	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Beneficiamento e Transformação de Mandioca (SENAR)	27-28/09	CRAS I:5, CRAS II:5	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Doces para Festas (SENAC)	16-20/10	CRAS I:9, CRAS II:8, CREAS:1	15 horas	20	Maior de 16 anos, 5º ano EF
	Salgados para Festas (SENAC)	13-22/11	CRAS I:2, CRAS II:10	21 horas	20	Maior de 16 anos, 5º ano EF
2024	Produção Artesanal de Alimentos Derivados de Pescados (SENAR)	27-28/03	CRAS I:5, CRAS II:5	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Técnica de preparo de Pães e bolachas (SENAC)	21-22/06	CRAS I:5, CRAS II:8, CREAS:3	21 horas	20	Maior de 16 anos, 5º ano EF
	Técnica de Preparo de Doces de Padaria (SENAC)	06-10/05	CRAS I:5, CRAS II:7	15 horas	20	Maior de 18 anos, 7º ano EF
	Inclusão digital Word, Excel e Internet (SENAR)	16-29/05	CRAS I:2, CRAS II:7, CCA:5	40 horas	40	Maior de 14 anos

Ano	Curso/Parceria	Data da realização	Unidade Indicadora/ Nº de Stakeholders	Carga Horária	Número de Vagas	Pré-Requisitos
	Técnica de Preparo de Lanches e Porções (SENAC)	03-11/06	CRAS I:5, CRAS II:10	15 horas	20	Maior de 16 anos, 5º ano EF
	Técnica de Preparo e Decoração de Bolos e Tortas (SENAC)	20-28/06	CRAS I:10, CRAS II:6, CREAS:2	21 horas	20	Maior de 16 anos, 5º ano EF
	Curso produtos sem glúten e sem lactose (SENAR)	15-16/08	CRAS I:4, CRAS II:7	16 horas	12	Maior de 18 anos
	Curso de Bolachas de Natal Decoradas (Voluntariado)	16-20/10	CRAS I:1, CRAS II:4	15 horas	20	Maior de 18 anos, 5º ano EF
	Produção Artesanal de Massas Frescas (Voluntariado)	24/09	CRAS I:5, CRAS II:4, CREAS:1	3 horas	20	Maior de 18 anos, 5º ano EF
	Viagem ao mundo do empreendedorismo o crescendo e empreendendo (SEBRAE).	17/09	CRAS I: 13 CRAS II: 7 CCA: 1	4 horas	Mínimo 10 participantes	servidor

Fonte: CECAGER (organizado pela autora).

A operacionalização dos cursos junto ao SENAC ocorre por meio de processos administrativos regulares da Prefeitura Municipal de Guaratuba, por intermédio da Secretaria de Promoção Social, em conformidade com os trâmites legais estabelecidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). A adoção desses procedimentos assegura a legalidade, a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos, aspectos fundamentais para a sustentabilidade das políticas públicas de assistência social, conforme enfatizam Behring e Boschetti (2011). Nesse ponto, Lakatos e Marconi (2017) reforçam que o uso de registros e procedimentos oficiais constitui um recurso metodológico válido, uma vez que garante a confiabilidade dos dados e assegura que a prática administrativa seja tomada como parte integrante do processo de pesquisa.

Além dos procedimentos administrativos formais, o CECAGER desenvolve um trabalho contínuo de articulação e fortalecimento de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Sebrae, empresas locais e, de modo significativo, com profissionais voluntários. Essas parcerias são formalizadas por meio de termos de parceria, ofícios de cooperação ou declarações de

voluntariado, respeitando os princípios da legalidade e da transparência, conforme previsto na legislação nacional (Lei nº 9.608/1998). A atuação de voluntários no CECAGER destaca-se como um instrumento fundamental para a ampliação da oferta de cursos e oficinas, especialmente nas áreas que demandam habilidades práticas e experiência de mercado, como culinária e estética. Além disso, esses voluntários contribuem com a doação de materiais e insumos, reduzindo os custos operacionais e promovendo um ambiente de aprendizagem mais completo e acolhedor. Esta modalidade de parceria reforça o entendimento de Sposati e Monteiro (2017) sobre a relevância da participação comunitária e da intersetorialidade na consolidação das políticas públicas de assistência social. Tais práticas configuram-se, conforme Cupani (2016), como verdadeiras tecnologias sociais: ações racionais, planejadas e organizadas que, ao mobilizar conhecimento e recursos comunitários, transformam realidades sociais, fortalecendo a cidadania e a autonomia dos sujeitos atendidos.

A análise quantitativa dos dados mostra que, em 2023, foram realizados 10 cursos, beneficiando 95 stakeholders, enquanto em 2024 (Tabela 4), desconsiderando dois cursos destinados a servidores, foram oferecidos 10 cursos para 123 participantes. A maior parte dos encaminhamentos foi feita pelos CRAS, em especial pelo CRAS II, seguido pelo CRAS I, CREAS e a Casa da Criança. Essa distribuição evidencia a forte articulação entre o CECAGER e as unidades da assistência social, além de apontar para as particularidades de cada serviço. Os CRAS desempenham a função de porta de entrada do SUAS, oferecendo PSB e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. Já o CREAS atua em situações de maior complexidade, envolvendo violações de direitos e riscos sociais, motivo pelo qual realizou menos encaminhamentos ao CECAGER, mas com um impacto social significativo e voltado ao atendimento de situações mais urgentes e delicadas.

Em termos de articulação intersetorial, observa-se a participação de outras unidades, como a CCA, que encaminhou usuários para cursos diversos, totalizando cinco participações. Esse dado evidencia que o CECAGER está capacitado para atender públicos em situação de vulnerabilidade agravada, como indivíduos e famílias com direitos violados. Importante destacar que a CCA atua como abrigo institucional para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, proporcionando acolhimento provisório e garantindo a proteção integral desses sujeitos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Essa articulação entre as unidades socioassistenciais e o CECAGER demonstra a eficácia das ações de qualificação profissional como instrumentos de proteção social e de ressignificação dos projetos de vida dos usuários, conforme orienta o Plano Decenal de Assistência Social (Brasil, 2016) ao reforçar a importância da integração entre os serviços da rede socioassistencial e as

estratégias de inclusão produtiva voltadas à autonomia e ao fortalecimento da cidadania, como também coerente com o que Cupani (2016) denomina práticas racionais orientadas à transformação social.

De acordo com Cupani (2016), essas práticas podem ser compreendidas como tecnologias sociais de gestão, pois organizam conhecimento e recursos em ações planejadas que visam transformar a realidade social. Do ponto de vista metodológico, a utilização de registros oficiais para avaliar o impacto das ações reforça, em consonância com Lakatos & Marconi (2017) e Gil (2019), a legitimidade da pesquisa documental e descritiva como ferramenta de análise e diagnóstico social. Dessa forma, os resultados obtidos não apenas confirmam a relevância do CECAGER como instrumento local de fortalecimento da cidadania, mas também o posicionam como exemplo de implementação territorial das diretrizes nacionais de proteção social e de promoção da autonomia econômica de populações vulneráveis.

Os cursos mais procurados envolveram atividades com potencial de rápida inserção no mercado, como "Doces para Festas", "Produção de Panificação" e "Salgados para Festas". Por outro lado, cursos como "Compotas e Frutas Desidratadas" tiveram menor adesão (Tabela 4).

A análise dos investimentos evidencia um crescimento significativo: de R\$ 237.772,76 em 2023 para R\$ 412.000,00 em 2024, com um investimento por participante que permaneceu relativamente estável (Tabela 5).

Tabela 5 - Investimento realizados nos cursos desenvolvidos no CECAGER nos anos de 2023 e 2024

Ano	Nº de Cursos	Nº de Stakeholders	Investimento Total	Investimento por Stakeholder	Investimento por Curso
2023	10	95	R\$ 237.772,76	R\$ 2.502,87	R\$ 23.777,28
2024	10	123	R\$ 343.333,34	R\$ 2.791,32	R\$ 34.333,33

Fonte: CECAGER (organizadoi pela autora).

Cada unidade possui uma missão, público-alvo e demanda própria. Um menor número de encaminhamentos não necessariamente indica uma atuação menos relevante ou uma menor quantidade de pessoas atendidas; ao contrário, pode refletir um foco maior em casos específicos ou em situações que dificultam o encaminhamento devido às particularidades dos usuários ou às condições do próprio serviço. Cada unidade possui uma missão, público-alvo e demanda própria. Essa interpretação dialoga com Lakatos e Marconi (2017), que destacam a importância da análise qualitativa na compreensão dos fenômenos sociais, uma vez que os dados numéricos, isoladamente, não são capazes de revelar as especificidades contextuais que orientam os resultados de políticas públicas. De modo complementar, Gil (2019) reforça que a pesquisa

aplicada em ciências sociais deve combinar indicadores quantitativos com leituras interpretativas, pois apenas dessa forma é possível compreender a efetividade das ações no atendimento às demandas reais da população.

Ao mesmo tempo, os investimentos realizados pelo CECAGER podem ser compreendidos como tecnologias sociais, no sentido proposto por Cupani (2016). O autor, ao retomar Bunge, conceitua a tecnologia como prática racional e planejada, estruturada a partir do conhecimento científico, voltada para a transformação da realidade social. Assim, os cursos oferecidos não apenas capacitam tecnicamente, mas constituem-se como processos tecnológicos aplicados à inclusão produtiva, organizando saberes pedagógicos e recursos financeiros para potencializar a autonomia dos beneficiários.

Quando comparadas às ações de programas como o Qualifica Recife, o Empreenda Fácil (São Paulo), o Qualifica Mulher e o CEPROCAMP/FUMEC (Campinas), as iniciativas do CECAGER apresentam semelhanças e especificidades notáveis.

O Programa Qualifica Recife oferece cursos profissionalizantes gratuitos em parceria com o Sistema S (SESC, SENAI, SENAC) e tem como público prioritário cidadãos inscritos no CadÚnico, especialmente beneficiários do Bolsa Família. Assim como o CECAGER, as ações do Qualifica Recife estão fundamentadas na assistência social local e buscam ampliar a qualificação técnica para geração de renda (Recife, 2024). Essa convergência de público — famílias em situação de baixa renda — evidencia que ambos os programas buscam responder a uma mesma lacuna social: a necessidade de qualificação profissional de pessoas que enfrentam múltiplas barreiras de acesso e permanência no mercado de trabalho, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (Fabiani; Carvalho, 2023).

O Programa Empreenda Fácil tem um foco distinto: atua na desburocratização e simplificação de processos para abertura de negócios, não se limitando a famílias em extrema pobreza, mas beneficiando também pequenos empreendedores informais. Embora não seja um programa de qualificação direta como o CECAGER, o Empreenda Fácil complementa políticas de inclusão produtiva ao possibilitar a formalização de negócios autônomos, que muitas vezes têm origem em atividades informais desenvolvidas por populações em situação de vulnerabilidade social (São Paulo, Município, 2024). Essa articulação entre desburocratização e inserção produtiva amplia as possibilidades de geração de renda de públicos similares ao CECAGER, ainda que de forma indireta.

O Programa Nacional Qualifica Mulher, tem como eixo principal a qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com renda de até 1,5 salário mínimo e baixa escolaridade. A prioridade por mulheres evidencia uma intersecção com a realidade do

CECAGER, uma vez que, segundo dados do CadÚnico (Brasil, 2024a), grande parte das mulheres chefes de família beneficiárias do Bolsa Família encontram-se no mesmo perfil socioeconômico do público atendido pelo centro de capacitação em Guaratuba. Além disso, ambos os programas apostam na formação modular e na articulação com o empreendedorismo como formas de promoção de autonomia econômica.

O CEPROCAMP, por sua vez, oferece cursos profissionalizantes gratuitos a jovens e adultos de baixa renda, funcionando como extensão das políticas de educação profissional municipal (Curitiba, 2024). A exemplo do CECAGER, utiliza parcerias com o Sistema S e outras entidades para diversificar suas ofertas. Os perfis de beneficiários também coincidem: população de baixa renda, baixa escolaridade e foco em setores de alta demanda, como gastronomia e serviços. Segundo dados da Prefeitura de Campinas (2023), a maioria dos beneficiários são mulheres e jovens entre 15 e 29 anos. Os dois centros oferecem formação profissional, mas com propósitos e configurações distintas: O CECAGER é uma estratégia de política pública voltada a populações vulneráveis, focada em inclusão produtiva com vínculo à assistência social e o CEPROCAMP é uma instituição educacional profissionalizante de caráter técnico e generalista, objeto de políticas públicas educacionais/trabalho, mas sem direcionamento específico a grupos vulneráveis.

Essa comparação revela que, embora cada programa tenha características próprias, todos partem de um princípio comum: enfrentar as desigualdades socioeconômicas por meio da qualificação profissional e do fomento ao empreendedorismo. Essa convergência reforça o que destacam Gaiger e Kuyven (2020), ao afirmarem que as políticas públicas de inclusão produtiva devem articular formação profissional, estímulo ao microempreendedorismo e integração com políticas sociais mais amplas, como estratégia para romper os ciclos intergeracionais de pobreza e promover a autonomia econômica dos trabalhadores em contextos de vulnerabilidade.

Essa configuração evidencia também o que Lakatos e Marconi (2017) descrevem como a necessidade de se compreender os fenômenos sociais em sua totalidade, articulando variáveis qualitativas e quantitativas na análise da efetividade de programas. Nesse mesmo sentido, Gil (2019) ressalta que a pesquisa em ciências sociais aplicadas deve buscar não apenas a descrição dos resultados, mas a compreensão crítica de como esses resultados se integram ao contexto institucional e às necessidades concretas dos usuários. Além disso, ao interpretarmos o CECAGER como espaço de transformação social, é possível aproximá-lo da concepção de tecnologia social discutida por Cupani (2016), que entende a tecnologia como prática racional, planejada e orientada à resolução de problemas sociais. Assim, o CECAGER pode ser concebido como um arranjo tecnológico-social que organiza saberes técnicos, pedagógicos e

recursos públicos em favor da emancipação e da cidadania, constituindo-se em estratégia inovadora de política pública local.

Por outro lado, programas como o CEPROCAMP, o Qualifica Mulher e o Empreenda Fácil estão inseridos em outras esferas das políticas públicas, mais especificamente nas áreas de trabalho, desenvolvimento econômico, empreendedorismo e educação profissional e tecnológica. Embora esses programas também atuem na promoção da capacitação profissional e da geração de renda, sua concepção está centrada no fortalecimento econômico e na qualificação da força de trabalho de forma ampla, não sendo necessariamente direcionados exclusivamente às famílias em situação de vulnerabilidade social, embora possam beneficiá-las indiretamente.

Essa distinção é fundamental, pois evidencia que, enquanto o CECAGER tem como premissa atender às demandas sociais decorrentes de situações de pobreza, desemprego estrutural e fragilidade socioeconômica, dentro de uma perspectiva de direito socioassistencial, os demais programas possuem uma orientação voltada ao fortalecimento da economia local, à inserção no mercado de trabalho formal e ao fomento do empreendedorismo, integrando-se predominantemente às políticas de desenvolvimento econômico e trabalho. Nesse sentido, o CECAGER, por estar ancorado diretamente na política de assistência social, demanda instrumentos de gestão e comunicação igualmente orientados para essa lógica de proteção social, voltados a garantir o acesso democrático, a transparência e a aproximação com o público vulnerável que constitui seu foco prioritário.

Assim, após o levantamento de dados em diferentes sites e templates de centros de capacitação e geração de renda, compilamos e adequamos as informações que contemplariam as necessidades do CECAGER, como um site responsivo, acessível e funcional (Figura 2). Essa proposta busca não apenas divulgar os cursos, mas também ampliar a integração entre o centro e seus stakeholders, incluindo parceiros e colaboradores. O site, ao ser concebido como ferramenta interativa que centraliza informações e recursos de forma simplificada, responde a esse desafio de garantir que a missão socioassistencial do CECAGER se traduza em canais de comunicação inclusivos, de fácil navegação e alinhados ao compromisso com a democratização do acesso às oportunidades de qualificação e geração de renda.

Figura 2 - Sugestão de web template



Fonte: a autora.

- **Página inicial:** História do CECAGER.
- **Contatos:** Forma de contato com o CECAGER.
- **Parcerias:** Transparência nos resultados alcançados e divulgação de parcerias institucionais.
- **Faça sua inscrição:** Facilidade de inscrição e acompanhamento, sistema online para inscrições e consulta do status do curso.
- **Conheça os cursos de Capacitação:** Cursos e Capacitações, apresentação detalhada dos programas oferecidos, incluindo carga horária, datas, instrutores e processo de inscrição.
- **Vagas de emprego:** Espaço destinado à divulgação de oportunidades de trabalho, com acesso a conteúdos informativos e materiais educativos que auxiliam os beneficiários na preparação e inserção no mercado de trabalho formal e autônomo.
- **Histórias de Sucesso:** Depoimentos e histórias de sucesso, relatos de *stakeholders* e *ex- stakeholders* destacando o impacto dos cursos.
- **Notícias e eventos:** Atualizações contínuas sobre as iniciativas do CECAGER.

Essa estrutura resultaria em um maior alcance e visibilidade para as ações do CECAGER, facilidade no processo de inscrição, além de possibilitar pleno engajamento dos stakeholders. Para o desenvolvimento desse modelo, foram consideradas como inspiração as plataformas ThemeForest e TemplateMonster, que oferecem templates profissionais amplamente utilizados para ambientes digitais de capacitação, e, especialmente, a Plataforma Qualifica SP, que representa uma iniciativa governamental para a organização e apresentação de conteúdos de qualificação profissional. Além disso, a proposta contempla práticas de acessibilidade digital e usabilidade, com interface adaptada para garantir navegação intuitiva e inclusiva, de modo a atender as necessidades do público em situação de vulnerabilidade social.

A digitalização de serviços e o desenvolvimento de plataformas configuram-se como estratégias essenciais para ampliar o alcance e potencializar os impactos de programas sociais e educacionais. A adoção de um design responsivo para a plataforma foi considerada um requisito fundamental, especialmente diante do uso predominante de dispositivos móveis como principal meio de acesso à internet por parte da população em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2023b). Nesse sentido, a proposta do template tem como objetivo assegurar a inclusão digital e a democratização das informações, proporcionando maior visibilidade às ações desenvolvidas pelo CECAGER, além de fortalecer sua integração com a rede de proteção social e com os mecanismos voltados à geração de renda e à inclusão produtiva.

A construção dessa proposta digital não se limita à disponibilização de recursos tecnológicos, mas se articula diretamente com os dados e experiências concretas do público atendido. Ao integrar os recursos da plataforma com o diagnóstico institucional, busca-se garantir que as soluções digitais estejam alinhadas às reais necessidades dos usuários do CECAGER, promovendo não apenas o acesso à informação, mas também a continuidade das ações formativas de maneira planejada e fundamentada. Essa articulação entre tecnologia e análise de dados é fundamental para o fortalecimento de políticas públicas mais eficientes e centradas na realidade local.

Essa concepção reforça o entendimento de Cupani (2016) de que a tecnologia deve ser compreendida como prática social racional e planejada, voltada à transformação concreta da realidade. No caso do CECAGER, a digitalização assume caráter de tecnologia social, organizando conhecimentos técnicos e pedagógicos para ampliar a efetividade das políticas socioassistenciais. Ademais, conforme assinalam Lakatos e Marconi (2017), a utilização de instrumentos metodológicos deve estar fundamentada na coerência entre dados empíricos e estratégias de intervenção, assegurando consistência científica às práticas desenvolvidas. Do mesmo modo, Gil (2019) ressalta que a pesquisa aplicada em ciências sociais deve priorizar a

construção de soluções que respondam às necessidades reais dos grupos sociais investigados, estabelecendo nexos entre teoria e prática. Assim, a criação do web template não apenas moderniza a comunicação institucional, mas se torna um dispositivo estratégico de gestão pública, capaz de aproximar a política de assistência social das demandas de seus usuários e de ampliar a eficácia das ações de inclusão produtiva no município de Guaratuba.

Após o levantamento de dados através da documentação existente no CECAGER (relatórios e planilhas), realizamos a sistematização das informações referentes ao período de 2023 e 2024 (Tabela 6). Essa etapa, além de permitir a condensação dos resultados alcançados, foi essencial para identificar padrões de participação, recorrência de demandas e perfil dos stakeholders, possibilitando uma leitura crítica da efetividade das ações implementadas. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2017), a análise documental constitui-se em um procedimento metodológico fundamental para a pesquisa social aplicada, uma vez que garante rigor científico e contribui para a validação das interpretações. De maneira semelhante, Gil (2019) enfatiza que a sistematização de dados é condição indispensável para que a pesquisa aplicada se converta em subsídio concreto à formulação de políticas públicas contextualizadas e eficazes.

Tabela 6 - Sistematização dos cursos realizados no CECAGER nos anos de 2023 e 2024.

(continua)

Cursos	Número de inscritos	Número de Conclusão	Taxa de inserção no mercado de trabalho	
			F	I
Técnica de Preparo de Doces de Padaria (SENAC). Carga horária: 15 horas, 20 vagas, pré-requisitos maior de 18 anos e 7º ano do ensino fundamental.	12	12	1	2
Salgados para Festas (SENAC). Carga horária: 21 horas, 20 vagas Pré requisitos maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	12	10	1	2
Preparo de Tortas Doces e Salgadas (SENAC). Carga horária 21 horas, 20 vagas Pré requisitos maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	12	12	0	2
Doces para Festas (SENAC). Carga horária: 15 horas, 20 vagas Pré requisitos maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	18	18	0	3
Técnica de Preparo de lanches e Porções (SENAC); carga horária 15 horas: 20 vagas: pré-requisito maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	15	13	4	0
Técnica de preparo e decoração de bolos e tortas (SENAC). Carga horária: 21 horas:20 vagas: pré-requisito maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	18	17	1	2

Técnica de preparo de Pães e bolachas (SENAC). Carga horária: 21 horas, 20 vagas pré-requisitos maior de 16 anos e 5º ano do ensino fundamental.	16	13	0	1
Beneficiamento e Transformação de Mandioca (SENAR). Carga horária: 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos	10	10	0	0
Produção Artesanal de, Molhos, Temperos e Conservas. (SENAR). Carga horária: 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos	7	7	1	2
Produção Artesanal: Panificação (SENAR). Carga horária: 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos	12	12	2	3
Produção Artesanal de alimentos: Derivados de Pescados (SENAR). Carga horária 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos	10	9	1	0
Produção Artesanal de alimento: Geleias, doces de cortes e doces pastosos (SENAR). Carga horária: 16 horas, 18 anos.	5	5	0	1
Compotas e frutas desidratadas (SENAR). Carga horária: 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos	4	4	0	0
Curso produtos sem glúten e sem lactose (SENAR). Carga horária: 16 horas, 12 vagas, maior de 18 anos ¹	11	11	0	0
Inclusão digital Word, Excel, e-mail e internet (SENAR). Carga horária: 40 horas: 40 vagas: pré-requisitos: maior de 14 anos. ²	14	14	1	0
Produção Artesanal de Massas Frescas com duração (Voluntariado). Carga horária: 3 horas, 20 vagas, maior de 18 anos, 5º ano do ensino fundamental.	17	17	1	3
Produção Artesanal de Mini Cakes (Voluntariado). Carga horária: 4 horas, 20 vagas, maior de 18 anos, 5º ano do ensino fundamental.	9	9	3	2
Curso de Bolachas de Natal decoradas (Voluntariado). Carga horária: 15 horas, 20 vagas, maior de 18 anos, 5º ano do ensino fundamental. ³	5	5	0	3
Designer de Sobancelhas (Voluntariado). Carga horária: 7 horas, 20 vagas, maior de 18 anos, 8º ano do ensino fundamental. ⁴	11	10	0	3
TOTAL	218	208	16	29
TOTAL GERAL DE STAKEHOLDERS TRABALHANDO			45	

Fonte: CECAGER (organizado pela autora).

¹ Três stakeholders frequentaram o curso para conhecimento e produção e casa.

² Um adolescente onde o curso colaborou para seu primeiro emprego.

³ Complementação de outros produtos que já vendem.

⁴ Dois stakeholders trabalham em salão, embora que por produtividade, autônomo e um trabalha itinerante, se deslocando até a casa do cliente com horário agendado.

Com base nos dados apresentados referentes aos cursos realizados pelo CECAGER nos anos de 2023 e 2024, podemos observar uma significativa participação dos stakeholders, o que evidencia a relevância do programa de capacitação para a inclusão social e o fortalecimento do mercado de trabalho local (Tabela 6). Foram ofertados 19 cursos, com um total de 218 inscrições, das quais 208 resultaram na conclusão bem-sucedida. Destes, aproximadamente 21,6% (45 indivíduos) encontram-se atualmente inseridos no mercado de trabalho, sendo 16 formalmente empregados e 29 atuando em empregos informais. Esses números indicam uma taxa de empregabilidade de cerca de 20%, o que, embora seja um avanço importante, revela também a necessidade de ampliar as ações de acompanhamento e suporte pós-curso para potencializar a inserção laboral dos egressos.

A análise quantitativa dos dados (Tabela 6) revela que os cursos atendem algumas demandas específicas da comunidade local, como exemplificado pelos três stakeholders que participaram do curso sobre produtos sem glúten e sem lactose, voltado para atender a necessidades alimentares próprias e familiares. Além disso, a participação de três stakeholders no curso de fabricação de bolachas natalinas decoradas evidencia uma tendência de empreendedorismo sazonal ou complementar, voltado especialmente para períodos festivos (Tabela 6). Essa dinâmica reforça a importância de políticas públicas continuadas que promovam a formação contínua e diversificada, alinhada às demandas emergentes do mercado local e às necessidades específicas da comunidade.

Já o curso de Design de Sobrancelhas resultou na atuação direta de três egressos na área, dois dos quais passaram a trabalhar em salões de beleza tradicionais — estabelecimentos comerciais fixos, com estrutura própria e atendimento regular a um público diversificado — e um como autônomo itinerante, deslocando-se até os clientes com horários agendados (Tabela 6).

Essa diversidade na forma de atuação evidencia a necessidade de fortalecer as competências empreendedoras e gerenciais desses profissionais por meio de programas complementares que incentivem a formalização do trabalho autônomo e ofereçam suporte técnico para ampliar sua sustentabilidade econômica. A proposta se fundamenta nos princípios da PNAS, que orienta a promoção da autonomia das famílias e indivíduos, articulando ações de proteção social com estratégias de inclusão produtiva (Brasil, 2004) e conforme destacam Gaiger e Kuyven (2020), a universalidade dos direitos sociais costuma ser limitada pelas desigualdades estruturais do sistema capitalista. Tais barreiras dificultam o acesso efetivo a esses direitos, sobretudo entre as populações mais vulneráveis, o que reforça a necessidade de políticas baseadas na cooperação, redes territoriais e economia solidária.

Com base nessa sistematização, apresenta-se a proposta de formação permanente para os stakeholders egressos e frequentadores do CECAGER, concebida não apenas como prolongamento dos cursos já realizados, mas como estratégia estruturante de inclusão produtiva e fortalecimento da autonomia. A proposição ancora-se na compreensão de Cupani (2016) acerca da tecnologia social como prática racional e planejada, pois, ao organizar os dados empíricos e transformá-los em diretrizes de ação, o CECAGER projeta-se como espaço de inovação pública, convertendo informação em planejamento estratégico e em oportunidades concretas para os usuários.

5.1 Formação permanente e incubação de empreendimentos populares - TRANSFORMA

Instituir, no Centro de Capacitação e Geração de Renda - CECAGER, um programa de “Formação Permanente e Incubação de Empreendimentos Populares para stakeholders egressos do CECAGER, com foco na qualificação permanente, apoio ao empreendedorismo popular e fortalecimento da inserção socioprodutiva, visando à ampliação da empregabilidade e à promoção da autonomia econômica.

A proposta fundamenta-se na constatação de que, embora o CECAGER já realize um trabalho relevante de capacitação inicial, há uma lacuna no que se refere ao acompanhamento e à formação permanente dos egressos. Conforme ressaltam Lakatos e Marconi (2017), a identificação de lacunas a partir da sistematização dos dados é um passo essencial para orientar a formulação de estratégias de intervenção consistentes no campo das ciências sociais aplicadas. Nessa mesma linha, Gil (2019) reforça que a pesquisa aplicada deve buscar não apenas descrever a realidade, mas propor alternativas que respondam de maneira prática às demandas identificadas, garantindo coerência entre diagnóstico e ação.

A experiência de iniciativas semelhantes em municípios como Maringá (PR) e São Bernardo do Campo (SP) demonstra que programas integrados de qualificação profissional e iniciativas de inclusão produtiva com suporte técnico e institucional — como bolsas, capacitação técnica, apoio à formalização e parcerias com instituições como SENAI e SENAC — potencializam a geração de renda e favorecem a formalização dos trabalhadores autônomos, conforme demonstrado pelas ações do Projeto Cuida Paraná em Maringá (Paraná, 2024) e do Programa Qualifica Mais SBC e Conexão com o Trabalho em São Bernardo do Campo (São Bernardo do Campo, 2017, 2024).

De acordo com estudos recentes, a formação permanente e o apoio técnico são elementos centrais para o fortalecimento do trabalho autônomo e do microempreendedorismo, especialmente em territórios vulneráveis, onde essas estratégias contribuem para a geração de

renda e a inclusão produtiva de populações em situação de pobreza (Silva, 2020). Nesse sentido, a concepção de tecnologia social apresentada por Cupani (2016) ajuda a compreender a proposta aqui delineada: trata-se de uma prática racional e planejada, fundamentada no diagnóstico institucional, que organiza recursos técnicos e pedagógicos para transformar a realidade social. Corroborando essa perspectiva, a OIT, a CEPAL e o PNUD (2018) reforçam que políticas e programas de apoio ao empreendedorismo devem ir além da oferta pontual de cursos, incorporando também orientação gerencial, acesso a crédito, apoio à formalização e articulação em redes de cooperação, de modo a garantir maior sustentabilidade às iniciativas de geração de renda.

5.1.1 Eixos de formação e incubação

Eixo 1 - Formação Permanente Modular:

O Eixo da Formação Permanente Modular constitui o núcleo pedagógico do TRANSFORMA, voltado à qualificação permanente dos egressos do CECAGER. Diferencia-se da formação inicial porque não se encerra no curso de capacitação pontual, mas cria uma trajetória de aprendizado ao longo da vida, permitindo que os stakeholders atualizem, aprofundem e ampliem suas competências técnicas e empreendedoras.

Esse eixo está fundamentado nos princípios da Educação Permanente na Assistência Social, prevista pela PNAS (Brasil, 2004) e alinhada às diretrizes de qualificação continuada do SUAS. Ele assume, portanto, a lógica de processo contínuo, e não de ação isolada, promovendo a autonomia socioproductiva de forma planejada e sustentável.

Desenvolvimento:

Oferta periódica de módulos curtos e práticos:

- Os cursos serão organizados em módulos de 12h a 20h, ofertados trimestralmente.
- Cada módulo pode ser cursado isoladamente, com microcertificação, mas também compor uma trilha formativa mais longa.

Áreas de foco:

- Baseadas no diagnóstico de maior adesão e empregabilidade.
- Gestão de Negócios, precificação, controle financeiro, marketing digital, formalização como MEI.

- Estratégias de comercialização, uso de redes sociais, participação em feiras e rodadas de negócios.

Metodologia

- Oficinas práticas (“mão na massa”) integradas a conteúdos de gestão.
- Aprendizagem por projetos: ao final de cada módulo, o egresso desenvolve um protótipo de produto ou serviço.
- Inclusão digital: uso do web template para inscrição, acesso a materiais e exposição de portfólios.

Infraestrutura e recursos

- Uso da cozinha experimental e dos espaços multiuso do CECAGER.
- Materiais de consumo financiados por parcerias, convênios e voluntariado.
- Recursos tecnológicos no CECAGER: computadores, internet, equipamentos audiovisuais para registrar e divulgar produtos.

Certificação

- Conclusão de cada módulo garante um certificado de aperfeiçoamento, com reconhecimento municipal.
- A cada conjunto de 3 módulos finalizados, o egresso recebe um certificado de formação continuada emitido pelo CECAGER, agregando valor à sua trajetória profissional.

Resultados esperados

- **Maior empregabilidade:** ampliação da inserção em ocupações formais e informais com qualificação reconhecida.
- **Fortalecimento do empreendedorismo popular:** mais egressos formalizados como MEI, produzindo com padrão de qualidade.
- **Autonomia e protagonismo:** desenvolvimento de competências de gestão, marketing e inovação.
- **Integração com o SUAS:** articulação direta com CRAS e CREAS, que passam a encaminhar famílias vulneráveis não apenas para cursos, mas para um processo continuado de formação.

Tabela 7 – Resumo do Eixo 1: Formação Permanente Modular – TRANSFORMA

Etapas	Como acontece na prática	Resultados esperados
Oferta periódica de módulos	Cursos curtos (12h a 20h), ofertados trimestralmente; microcertificação por módulo ou integração em trilha formativa.	Formação contínua, flexível e adaptada ao perfil dos egressos.
Áreas de foco	Gastronomia (bolos, doces, pães, massas), estética (design de sobancelhas) e gestão de negócios (MEI, marketing).	Aumento da empregabilidade em áreas de maior adesão e potencial de renda.
Metodologia	Oficinas práticas, aprendizagem por projetos, prototipagem de produtos e uso do web template para apoio digital.	Aprendizagem aplicada, desenvolvimento de protótipos e inserção digital dos egressos.
Infraestrutura e recursos	Uso da cozinha experimental, coworking e salas multiuso do CECAGER; insumos e tecnologia via parcerias institucionais.	Apoio técnico e logístico adequado para a prática empreendedora.
Certificação	Certificado por módulo concluído; certificado de formação continuada a cada 3 módulos finalizados.	Valorização curricular e ampliação da empregabilidade formal e informal.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Eixo 2 – Serviço de Assessoria Técnica e Mentoria

O eixo de assessoria técnica e mentoria é um componente estratégico do TRANSFORMA, pois oferece suporte continuado aos egressos, auxiliando-os na consolidação de seus empreendimentos populares. A formação inicial e a qualificação técnica, por si só, não são suficientes para assegurar a sustentabilidade das iniciativas produtivas. Assim, este eixo foca no acompanhamento individual e coletivo, apoiando desde a elaboração de planos de negócio até a formalização como Microempreendedor Individual (MEI), passando por estratégias de marketing, precificação e gestão financeira.

A proposta ancora-se na lógica da intersetorialidade das políticas públicas, articulando o CECAGER com a Sala do Empreendedor/SEBRAE, bem como com as Secretarias de Administração (Agência do trabalhador), Secretaria de Cultura e Secretaria de Turismo. Essa articulação possibilita o acesso dos egressos a serviços já existentes no município, maximizando recursos e ampliando as oportunidades de inserção socioproductiva.

Tabela 8 – Resumo do Eixo 2: Serviço de Assessoria Técnica e Mentoria – TRANSFORMA

Etapas	Como acontece na prática	Resultados esperados
Diagnóstico inicial	Levantamento de perfil, necessidades e estágio de cada egresso.	Identificação de demandas específicas para um plano de acompanhamento personalizado.

Orientação técnica	Apoio na elaboração de planos de negócio, precificação, fluxo de caixa, marketing digital e estratégias de venda.	Negócios populares mais organizados e viáveis economicamente.
Formalização e regulação	Orientação para registro como MEI, emissão de notas fiscais, acesso a crédito e regularização sanitária (quando aplicável).	Ampliação da formalização, acesso a crédito e maior segurança jurídica.
Mentorias especializadas	Acompanhamento individual e em grupo, com técnicos municipais e parceiros como o SEBRAE.	Fortalecimento da gestão e aumento da autoconfiança dos egressos.
Integração intersetorial	Articulação com políticas municipais e parceiros privados para encaminhamentos específicos.	Rede de apoio ampliada, acesso facilitado a serviços e oportunidades de mercado.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse eixo evidencia que o diferencial do TRANSFORMA não é apenas ensinar, mas acompanhar e orientar até a consolidação do empreendimento, algo que autores como Gil (2019) destacam como fundamental na pesquisa aplicada: unir diagnóstico e ação concreta.

Eixo 3 - Incubadora Social de Empreendimentos Populares:

O eixo da Incubadora Social de Empreendimentos Populares busca transformar o CECAGER em um espaço de apoio integral para a criação, teste e consolidação de iniciativas produtivas de pequeno porte. A proposta reconhece que, para além da qualificação técnica e da mentoria, os egressos necessitam de estrutura física e tecnológica para desenvolver seus produtos e serviços em condições adequadas, bem como para acessar canais de comercialização e formalização.

A incubadora será um ambiente de experimentação coletiva, baseado nos princípios da economia solidária e da inclusão produtiva, proporcionando acesso a infraestrutura compartilhada (cozinha experimental, equipamentos, coworking¹⁵), orientação técnica e oportunidades de validação mercadológica. Essa estratégia reforça a perspectiva de tecnologia

¹⁵ O termo *coworking* refere-se a um modelo de ambiente de trabalho compartilhado, onde profissionais independentes, empreendedores e pequenas empresas utilizam um mesmo espaço físico, com estrutura comum, para desenvolver suas atividades de forma colaborativa, flexível e economicamente viável. Esse tipo de ambiente promove a troca de experiências, a criação de redes de contato (networking) e o estímulo à inovação e ao empreendedorismo (Moraes; Lima, 2020). No contexto do CECAGER, o espaço de *coworking* consiste na disponibilização de uma área equipada e compartilhada por diferentes usuários, destinada à incubação de pequenos empreendimentos. Seu objetivo é oferecer suporte físico e técnico para a experimentação de ideias, desenvolvimento de produtos e serviços, além de contribuir para a autonomia econômica de seus beneficiários.

social (Cupani, 2016), ao transformar conhecimento em práticas inovadoras aplicadas ao território.

Tabela 9 – Resumo do Eixo 3: Incubadora Social de Empreendimentos Populares – TRANSFORMA

Etapa	Como acontece na prática	Resultados esperados
Seleção de empreendimentos	Editais semestrais de seleção, com critérios de vulnerabilidade, viabilidade da proposta e compromisso com metas.	Inclusão de egressos com maior potencial de geração de renda e impacto social.
Infraestrutura compartilhada	Disponibilização de cozinha experimental, coworking, equipamentos de produção e espaço de mídia (fotografia/vídeos).	Apoio prático para produção em condições adequadas e seguras.
Apoio técnico especializado	Consultorias em gestão, marketing, qualidade sanitária e identidade visual.	Melhoria do padrão de qualidade dos produtos e serviços incubados.
Validação de produtos/serviços	Testagem no mercado local, com apoio do web template e participação em feiras e rodadas de negócios.	Ajustes baseados em feedback real, maior aceitação de mercado.
Consolidação do empreendimento	Ao final do período (6–12 meses), o egresso apresenta plano consolidado e resultados do empreendimento incubado.	Aumento da formalização, acesso a crédito e fortalecimento da sustentabilidade econômica.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse eixo mostra que a incubadora social será o ponto de transição entre a formação e o mercado, permitindo que os empreendimentos populares amadureçam em ambiente protegido e colaborativo, antes de enfrentar a concorrência mais ampla.

Eixo 4 - Feiras de Economia Solidária e Rodadas de Negócios:

O eixo de Feiras de Economia Solidária e Rodadas de Negócios tem como objetivo ampliar as oportunidades de comercialização e inserção socioproductiva dos egressos do CECAGER. Para além da capacitação técnica e da incubação, é fundamental garantir canais de visibilidade e acesso ao mercado, tanto no âmbito comunitário quanto empresarial.

As feiras configuram-se como espaços de exposição, venda e fortalecimento da identidade cultural e produtiva local, articulando-se com as políticas municipais de Cultura e Turismo, que já organizam eventos voltados a produtos artesanais e gastronômicos. Já as rodadas de negócios ampliam a dimensão da inclusão produtiva, permitindo contato direto com o setor privado, favorecendo parcerias, encomendas e contratações.

Esse eixo reforça a lógica de comércio justo, economia solidária e redes de cooperação, em consonância com estudos que apontam a importância de tais estratégias para a sustentabilidade de empreendimentos populares (Almeida et al., 2024).

Tabela 10 – Resumo do Eixo 4: Feiras de Economia Solidária e Rodadas de Negócios – TRANSFORMA

Etapas	Como acontece na prática	Resultados esperados
Calendário de feiras municipais	Realização bimestral de feiras em parceria com Cultura e Turismo, priorizando produtos gastronômicos, estéticos e artesanais.	Ampliação da visibilidade dos empreendimentos populares e acesso direto a consumidores.
Preparação pré-feira	Capacitação obrigatória em precificação, embalagem, rotulagem, atendimento e uso de meios de pagamento digitais.	Profissionalização da apresentação dos produtos e fortalecimento da imagem dos egressos.
Rodadas de negócios	Encontros trimestrais entre egressos e empresas locais (hotéis, restaurantes, mercados, clínicas de estética).	Estabelecimento de parcerias comerciais e contratos de fornecimento.
Integração digital	Inclusão dos produtos no web template.	Maior alcance e possibilidade de vendas também em ambiente digital.
Pós-evento e acompanhamento	Registro das vendas, encaminhamento de contatos e acompanhamento da satisfação de clientes/parceiros.	Consolidação de redes de clientes e fidelização de consumidores.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse eixo mostra que o TRANSFORMA não se limita a formar e incubar, mas também cria canais concretos de inserção no mercado, garantindo que a produção dos egressos circule e gere renda.

Eixo 5 - Sistema de Monitoramento e Avaliação:

O eixo de Monitoramento e Avaliação (M&A) fundamenta-se na lógica da gestão baseada em evidências, que busca assegurar que as decisões sejam tomadas a partir de dados concretos, e não apenas de percepções subjetivas. Conforme ressaltam Lakatos e Marconi (2017), o diagnóstico científico é indispensável para orientar qualquer intervenção social, e no TRANSFORMA esse princípio é ampliado por meio do acompanhamento contínuo dos egressos. Em consonância, Gil (2019) enfatiza que a pesquisa aplicada deve estabelecer uma conexão entre diagnóstico e ação prática, o que se materializa no M&A ao transformar dados em estratégias de readequação e fortalecimento das ações. Já Cupani (2016) contribui ao interpretar o monitoramento como uma forma de tecnologia social, na medida em que organiza

recursos técnicos e pedagógicos de forma planejada e inovadora, promovendo aprendizagem institucional e sustentabilidade no tempo.

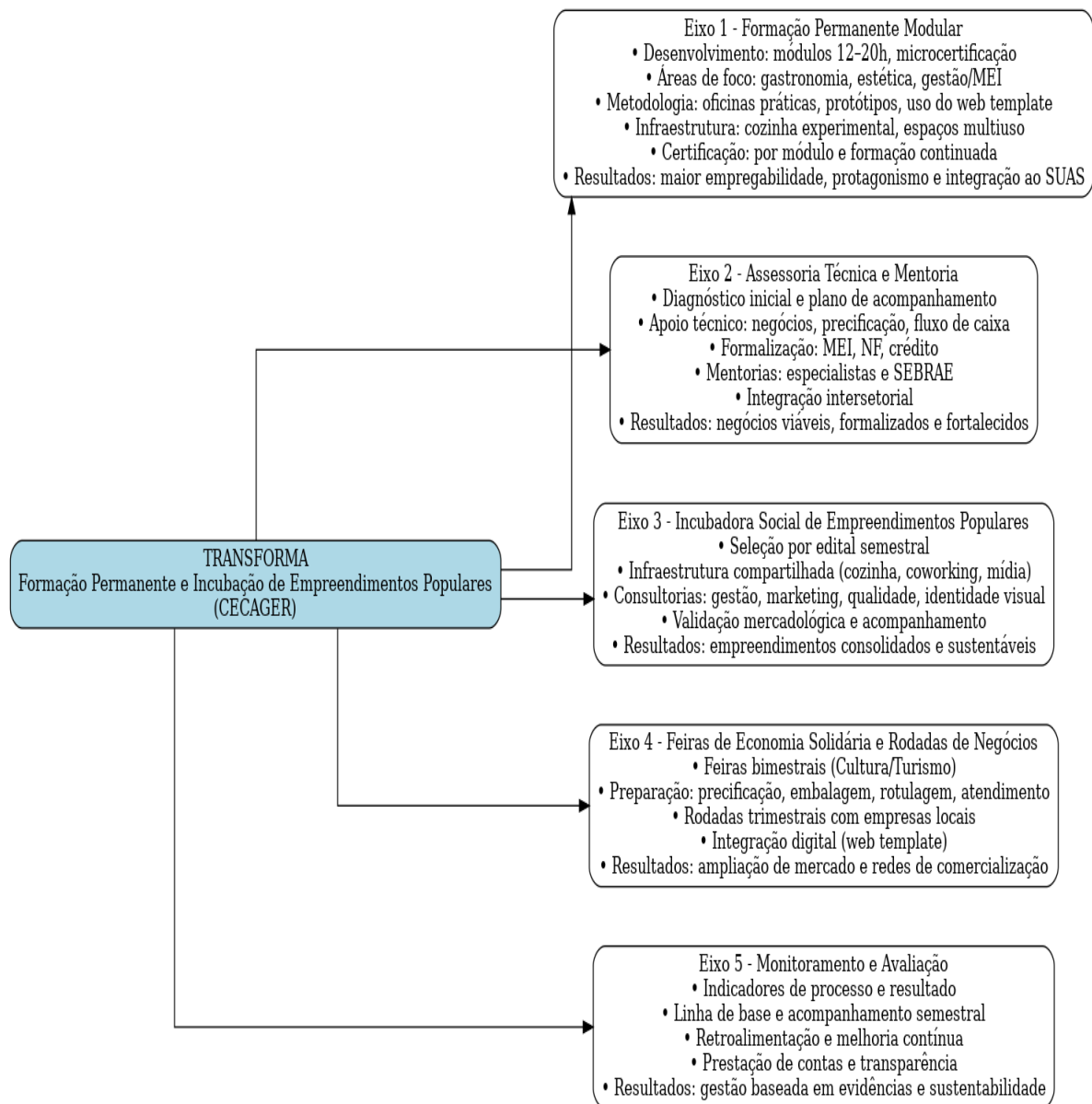
Tabela 11 – Resumo do Eixo 5: Sistema de Monitoramento e Avaliação – TRANSFORMA

Etapa	Como acontece na prática	Resultados esperados
Definição de indicadores	Elaboração de indicadores de processo (nº de módulos, mentorias, incubados) e de resultado (formalização, renda, vendas).	Estabelecimento de métricas claras para acompanhamento e comparação.
Linha de base	Coleta inicial de informações dos egressos ao ingressarem no TRANSFORMA.	Possibilidade de medir evolução individual e coletiva ao longo do tempo.
Acompanhamento periódico	Aplicação de questionários semestrais, reuniões técnicas e relatórios	Dados atualizados para gestão e transparência dos resultados.
Análise e retroalimentação	Reuniões semestrais da equipe do CECAGER para avaliar resultados e propor ajustes.	Tomada de decisão baseada em evidências e melhoria contínua do programa.
Prestação de contas	Divulgação periódica dos resultados à gestão municipal e à sociedade.	Transparência, fortalecimento da confiança pública e visibilidade da política municipal.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse eixo demonstra que o TRANSFORMA é mais do que um conjunto de ações isoladas: é uma estratégia estruturada, mensurável e ajustável, garantindo que os impactos sobre a autonomia econômica dos egressos possam ser avaliados e ampliados ao longo do tempo.

Figura 3 - Fluxograma do programa TRANSFORMA - Formação Permanente e Incubação de Empreendimentos Populares no CECAGER



Fonte: a autora.

5.1.2 Descrição das etapas

A operacionalização do TRANSFORMA se organiza em etapas sequenciais e complementares, configurando um percurso de qualificação, apoio técnico e inserção produtiva dos egressos do CECAGER. O processo se inicia no momento em que o participante conclui um curso inicial de formação e se estende até o acompanhamento dos resultados, em um ciclo contínuo de aprendizagem e fortalecimento da autonomia econômica. Essa lógica está em consonância com Lakatos e Marconi (2017), que ressaltam a importância da organização sistemática dos processos como fundamento científico para a construção de estratégias de intervenção consistentes. Além disso, Gil (2019), ao evidenciar a pesquisa aplicada como um instrumento que conecta diagnóstico, ação prática e avaliação, garantindo que a política proposta não se restrinja ao plano teórico, mas produza efeitos concretos no território. Complementarmente, a noção de tecnologia social apresentada por Cupani (2016) reforça a perspectiva de que a operacionalização do TRANSFORMA constitui-se como prática racional e planejada, voltada à transformação da realidade social por meio de ferramentas pedagógicas e de gestão inovadoras.

Etapa 1 – Conclusão do curso inicial

Ao finalizar um curso no CECAGER, o egresso é automaticamente convidado a integrar o TRANSFORMA, garantindo a continuidade da formação. Esse convite pode ser formalizado por meio de termo de adesão presencial assinado na própria unidade, acompanhado de registro no sistema interno GBEN, da Política Municipal de Assistência Social de acompanhamento dos usuários do SUAS. Esse procedimento assegura a vinculação formal do participante ao programa, preservando a rastreabilidade das informações e a integração dos dados à rede de proteção social do município.

Etapa 2 – Diagnóstico de perfil e interesses

Realiza-se uma avaliação individualizada, com foco no mapeamento das áreas de interesse, habilidades desenvolvidas e necessidades de qualificação complementar. Essa etapa assegura que o percurso formativo seja adaptado às especificidades de cada egresso, em consonância com a metodologia de pesquisa aplicada (Gil, 2019).

Etapa 3 – Capacitações e orientação

O egresso é direcionado para módulos de formação permanente nas áreas de maior empregabilidade e recebe orientação técnica sobre formalização como Microempreendedor

Individual (MEI), quando pertinente. Essa etapa integra o Eixo 1 (Formação Modular) e o Eixo 2 (Mentoria).

Etapa 4 – Plano de Negócio e Incubadora

Com suporte técnico, o participante elabora um plano de negócio simplificado e, quando elegível, pode ingressar na Incubadora Social de Empreendimentos Populares, que oferece infraestrutura compartilhada, acompanhamento especializado e apoio para testagem de produtos. Essa etapa corresponde ao Eixo 3.

Etapa 5 – Feiras e parcerias

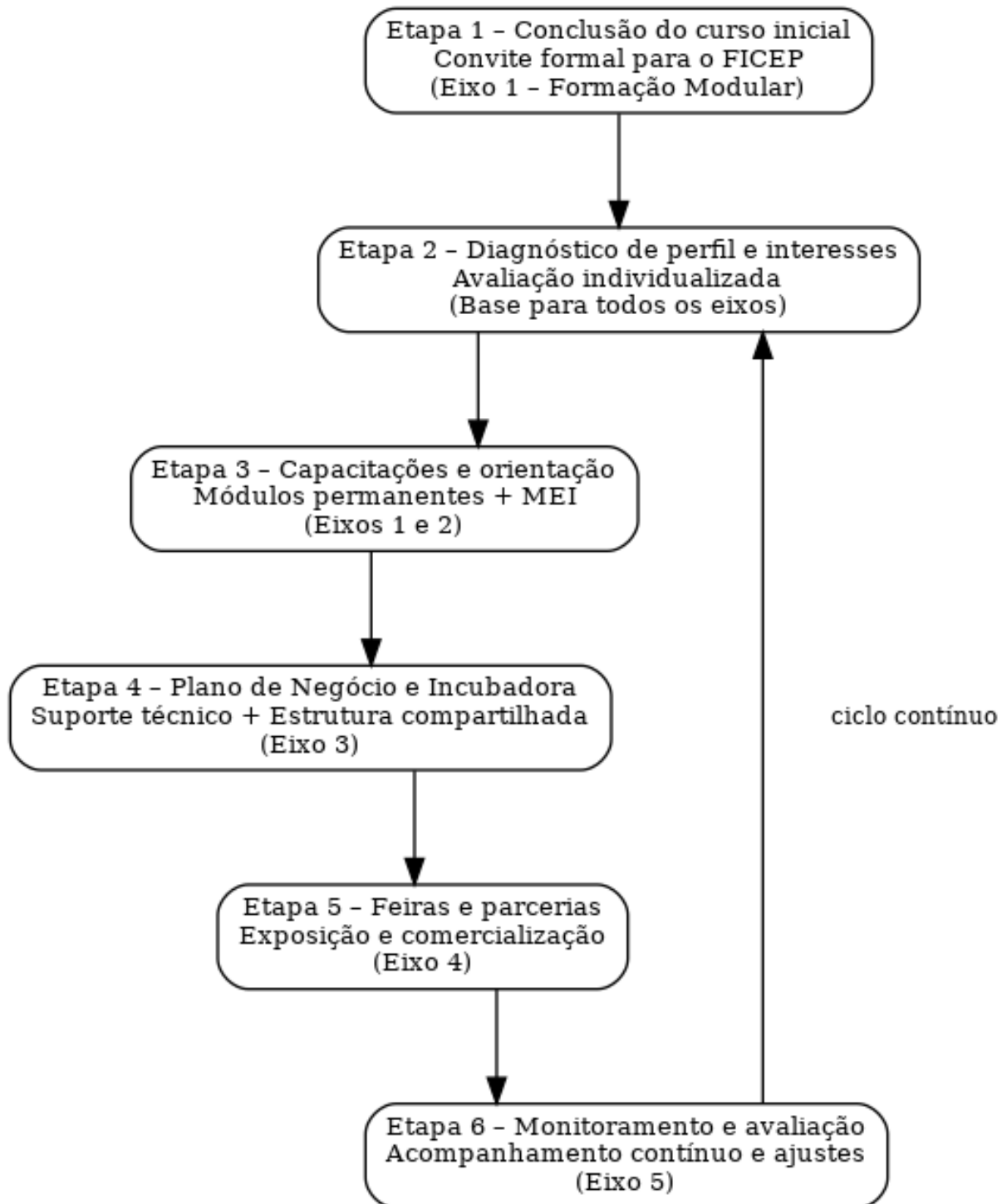
Os produtos e serviços desenvolvidos são apresentados em feiras de economia solidária e em rodadas de negócios organizadas em parceria com o poder público e a iniciativa privada. Essa etapa favorece a inserção socioproductiva e a ampliação da rede de contatos, vinculando-se ao Eixo 4.

Etapa 6 – Monitoramento e avaliação

Por fim, realiza-se o acompanhamento contínuo dos resultados, com foco na melhoria da inserção socioproductiva, na sustentabilidade dos empreendimentos e na retroalimentação do próprio programa. Essa etapa consolida o Eixo 5 (Monitoramento e Avaliação) e reafirma a lógica da gestão baseada em evidências (Lakatos & Marconi, 2017; Cupani, 2016).

Figura 4 - Fluxograma – 6 Etapas do TRANSFORMA com Indicação dos Eixos

O fluxograma abaixo apresenta as seis etapas de operacionalização do TRANSFORMA, com a indicação de a qual eixo cada etapa se vincula. O objetivo é demonstrar a integração entre o percurso prático do egresso e os eixos estruturantes do programa, assegurando coerência metodológica e consistência interna ao produto.



Fonte: a autora.

Essa versão demonstra que as etapas propostas não correspondem apenas a uma sequência linear de procedimentos, mas configuram-se como um ciclo contínuo de diagnóstico,

ação e avaliação, refletindo de forma prática os cinco eixos do TRANSFORMA. Nessa perspectiva, cada etapa retroalimenta a seguinte, em consonância com a lógica da educação permanente no âmbito do SUAS (Brasil, 2004) e com os princípios da gestão baseada em evidências, que valorizam a sistematização do diagnóstico como fundamento científico (Lakatos; Marconi, 2017) e a conexão entre análise e intervenção (Gil, 2019). Além disso, ao estruturar-se como prática racional e planejada, essa organização reafirma o caráter de tecnologia social (Cupani, 2016), assegurando coerência metodológica e consistência interna ao produto da dissertação, ao mesmo tempo em que fortalece sua aplicabilidade no território.

5.1.3 Viabilidade e Exequibilidade

A proposta é viável e palpável, pois aproveita a estrutura já existente do CECAGER, fortalecendo a articulação intersetorial entre a Política de Assistência Social, Secretarias de Administração (Agência do Trabalhador), Secretaria de Cultura e Secretaria de Turismo. Além disso, a política pode ser financiada por meio de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do SUAS, emendas parlamentares e parcerias com o Sebrae¹⁶, que já atua com programas similares no Paraná.

A implantação de políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento da economia popular solidária e ao incentivo ao empreendedorismo de base comunitária tem sido reconhecida por estudos como estratégia eficaz de enfrentamento da pobreza e de promoção da inclusão produtiva (Gaiger; Kuyven, 2020). Nesse sentido, a proposta de implementação do TRANSFORMA no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Guaratuba alinha-se às tendências contemporâneas de políticas públicas orientadas à construção de alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, com base na cooperação, na autogestão e no protagonismo dos beneficiários.

¹⁶ O Sebrae atua no PR com diversos programas voltados à inclusão produtiva e ao fortalecimento de empreendimentos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essas iniciativas visam promover a capacitação profissional, o empreendedorismo e a geração de renda, contribuindo para a superação da pobreza e a promoção da autonomia econômica. A seguir, destacam-se alguns dos principais programas e ações desenvolvidos pelo Sebrae/PR: Inclusão Produtiva Solidária: Em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR), o Sebrae/PR participa do projeto Inclusão Produtiva Solidária (Paraná, 2025.; Cidade Empreendedora: O programa Cidade Empreendedora, desenvolvido pelo Sebrae, estimula ações de inclusão produtiva econômica para populações em situação de vulnerabilidade social por meio de apoio aos CRAS e outras instituições locais (Sebrae, 2025b); Feira do Empreendedor: O Sebrae/PR organiza a Feira do Empreendedor, um dos maiores eventos de incentivo aos pequenos negócios no estado. A feira oferece palestras, oficinas, exposições e orientações técnicas, conectando empreendedores a oportunidades de capacitação, inovação e networking (ASN Paraná, 2025).

Estudos como o de Silva (2020) demonstram que iniciativas estruturadas em módulos de formação profissional e incubadoras de empreendimentos locais, quando articuladas em redes de apoio público–privadas, têm impacto relevante na redução das desigualdades socioeconômicas, ao promover inclusão produtiva e fortalecimento do protagonismo comunitário. Essa constatação dialoga com Lakatos e Marconi (2017), ao enfatizarem a importância da organização sistemática e metodologicamente fundamentada dos processos sociais, garantindo que as ações propostas não sejam fragmentadas, mas estruturadas em etapas consistentes.

Do mesmo modo, Gil (2019) reforça que a pesquisa aplicada deve não apenas diagnosticar a realidade, mas propor soluções práticas e exequíveis, o que se concretiza no TRANSFORMA ao propor articulação intersetorial, aproveitamento da estrutura existente e integração entre capacitação, incubação e monitoramento. Já a noção de tecnologia social defendida por Cupani (2016) sustenta a ideia de que o TRANSFORMA se constitui como um arranjo inovador de práticas pedagógicas, administrativas e de gestão que, aplicadas de forma planejada, são capazes de transformar a realidade local de forma efetiva.

O caso de São Bernardo do Campo (SP) é emblemático: a implementação do Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Local articula qualificação profissional, assessoria técnica e feiras voltadas a empreendimentos solidários, fomentando a formalização de trabalhadores autônomos e promovendo geração de renda estável e sustentável. A incubadora municipal SBCSOL, criada em 2012 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, apoia cerca de 20 grupos de artesãos, hortas urbanas, metalurgia e atividades afins, atendendo cerca de 180 pessoas, bem como organiza oficialmente feiras para exposição e comercialização desses produtos. Ali, o programa demonstra que a criação de redes de apoio técnico e a oferta de espaços de comercialização são fundamentais para garantir que os egressos de ações de qualificação alcancem efetiva inserção produtiva, superando a fase inicial de capacitação (São Bernardo do Campo, 2015; Unisol Brasil, 2024).

Enfatiza-se que ações isoladas de qualificação profissional, embora importantes, não são suficientes para assegurar inserção produtiva sustentável, sendo necessária a articulação com políticas de inclusão produtiva, apoio ao empreendedorismo e proteção social (OIT; CEPAL; PNUD, 2018). Políticas eficazes de inclusão devem contemplar também serviços de mentoria, assessoria para formalização (como MEI) e estratégias para articulação em redes de comercialização e cooperativismo, aspectos que estão plenamente integrados na proposta do TRANSFORMA.

De modo semelhante, a experiência de Maringá (PR) revela a importância de uma política continuada de apoio à economia popular para a inclusão socioproductiva de grupos vulneráveis. O município implementou um sistema de incubadoras públicas integradas a ações de formação técnica e gestão cooperativada, com forte articulação entre a assistência social, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Sebrae. Essa integração permitiu que empreendimentos populares, muitos surgidos de oficinas de qualificação oferecidas pelo CRAS e por cursos de formação inicial, tivessem suporte para crescer e acessar mercados locais e regionais. Além de oferecer capacitação inicial, o modelo de Maringá demonstra que políticas públicas precisam incluir componentes como mentoria, acesso a crédito e espaços de experimentação (cozinhas comunitárias, coworking), todos previstos no escopo do TRANSFORMA (Silva; Medeiros, 2023).

Outro ponto de destaque é a articulação com feiras de economia solidária e rodadas de negócios, iniciativas já identificadas como estratégicas em estudos como o de Almeida et al. (2024), que apontam para o impacto positivo desses espaços na consolidação de redes de comércio justo e na ampliação de oportunidades para empreendimentos comunitários.

Considerando os componentes operacionais e metodológicos entre os programas, o de São Bernardo do Campo se destaca por integrar ações de capacitação profissional com assessoria técnica contínua e promoção de feiras regulares de economia solidária. Essa estrutura permite aos egressos de cursos profissionalizantes um percurso mais estável até a formalização e geração de renda. Já a Formação Permanente e Incubação de Empreendimentos Populares (TRANSFORMA) propõe a criação de uma incubadora social, espaço físico que oferece estrutura compartilhada (como cozinha e coworking), orientação sobre formalização (via MEI) e feiras de comercialização com apoio da Secretaria de Cultura. Em ambos os casos, observa-se uma estratégia de continuidade pós-capacitação, ou seja, a política não se encerra com o curso, mas avança em direção ao fortalecimento da autonomia produtiva dos beneficiários.

A experiência de Maringá (PR), sistematizada por Silva e Medeiros (2023), reforça essa lógica ao apresentar um modelo de formação técnica associada a incubadoras públicas e à articulação entre assistência social, desenvolvimento econômico e Sebrae. Tal como o TRANSFORMA propõe, Maringá promove capacitações modulares, mentorias especializadas, acesso a crédito orientado e espaços de experimentação produtiva (como cozinhas comunitárias), todos elementos que ampliam a sustentabilidade de empreendimentos oriundos de contextos de vulnerabilidade social. No caso do CECAGER, embora já realize um trabalho relevante de qualificação inicial, os dados levantados ao longo desta pesquisa indicam a ausência de um programa estruturado de continuidade. Ou seja, o modelo atual é limitado a

curios pontuais, sem acompanhamento posterior ou estratégia sistematizada de inserção socioproductiva. Em contrapartida, o TRANSFORMA se propõe a superar essa lacuna, construindo uma trajetória de apoio desde o diagnóstico pós-curso até a comercialização dos produtos, com base em experiências validadas cientificamente.

Por fim, como observa Almeida et al. (2024), políticas públicas que investem na articulação entre formação, mentoria e espaços coletivos de produção e venda têm maior impacto sobre a inclusão produtiva de populações em situação de vulnerabilidade. Essa constatação, somada ao entendimento de Lakatos e Marconi (2017), Gil (2019) e Cupani (2016), oferece sustentação metodológica e conceitual para a implementação do TRANSFORMA, demonstrando que sua proposta é não apenas viável e coerente, mas também cientificamente fundamentada e socialmente aplicável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a efetividade do Centro de Capacitação e Geração de Renda (CECAGER) como instrumento de qualificação profissional e geração de renda no município de Guaratuba, Paraná, no âmbito da Política de Assistência Social. Para tanto, buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários atendidos, descrever as ações desenvolvidas pela instituição, propor a criação de um web template institucional como recurso de apoio à gestão e à participação cidadã e, por fim, apresentar a proposta de uma tecnologia social de formação permanente e incubação de empreendimentos populares.

A metodologia adotada foi de caráter descritivo e misto, articulando análise bibliográfica e documental com a sistematização de dados administrativos e registros institucionais do CECAGER. Essa combinação possibilitou confrontar evidências empíricas com referenciais teóricos e normativos, assegurando um diálogo consistente entre prática e teoria. Os dados analisados, referentes aos anos de 2023 e 2024, ofereceram um panorama detalhado da atuação da unidade e permitiram identificar avanços, fragilidades e oportunidades de aprimoramento.

A análise do perfil socioeconômico revelou que a maioria dos beneficiários está inserida nas faixas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas pelo CadÚnico/CECAD, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Observou-se ainda forte correlação entre baixos níveis de escolaridade e menor renda familiar, reforçando o vínculo estrutural entre exclusão educacional e vulnerabilidade econômica. Aproximadamente 39,7% das famílias atendidas recebiam o Programa Bolsa Família (PBF), o que confirma a condição de fragilidade socioeconômica do público-alvo e a importância de políticas que articulem transferência de renda a estratégias de inclusão produtiva.

No tocante às ações desenvolvidas, verificou-se que o CECAGER ofertou 19 cursos no período analisado, registrando 218 inscrições e 208 conclusões, com destaque para áreas como gastronomia, estética e inclusão digital. Tais cursos atenderam demandas emergentes do território, em especial as oriundas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), revelando a importância da escuta ativa e da adaptação da política pública às necessidades locais.

As parcerias estabelecidas com instituições como SENAC e SENAR, além do envolvimento de voluntários, demonstraram a capacidade do CECAGER em mobilizar recursos humanos e técnicos, em consonância com os princípios da legalidade, da economicidade e da eficiência previstos pela Lei nº 14.133/2021. Essas articulações ampliaram significativamente

a capacidade de resposta da política de assistência social, mostrando que a integração intersectorial é um dos diferenciais mais relevantes da experiência de Guaratuba.

Apesar dos avanços, os dados apontaram para algumas fragilidades. O índice de empregabilidade apurado entre os egressos foi de 21,6%, evidenciando que a formação inicial, embora importante, não garante por si só a inserção socioproductiva estável. Também foram identificadas falhas relacionadas ao acompanhamento pós-formação e à integração dos egressos em redes de apoio e comercialização. Esses aspectos fragilizam a sustentabilidade das iniciativas e indicam a necessidade de estratégias complementares que assegurem continuidade e suporte técnico aos beneficiários após o término dos cursos.

Nesse sentido, a criação de um web template institucional foi apresentada como ferramenta estratégica de modernização da gestão e fortalecimento da participação social. A proposta contemplou funcionalidades como inscrição online, acompanhamento de status, divulgação de cursos, eventos e notícias, além de espaço para relatos de experiências e portfólios digitais. Considerou-se, ainda, a responsividade para dispositivos móveis e os princípios de acessibilidade digital, de modo a atender usuários com deficiência ou baixo letramento digital. Essa iniciativa reforça a importância da justiça digital como dimensão da cidadania contemporânea e contribui para ampliar a transparência e a efetividade das ações do CECAGER.

Por fim, a análise conjunta dos resultados permitiu avançar na formulação da proposta do TRANSFORMA – Tecnologia Social de Formação Permanente e Incubação de Empreendimentos Populares. Estruturada em cinco eixos — formação modular permanente, assessoria técnica e mentoria, incubadora social de empreendimentos populares, feiras e rodadas de negócios e sistema de monitoramento e avaliação —, essa tecnologia busca consolidar um percurso contínuo de capacitação, incubação e inserção produtiva.

Ao propor essa inovação, o estudo reafirma que a Assistência Social deve atuar para além da resposta emergencial, criando condições estruturadas para o fortalecimento da autonomia econômica e do protagonismo dos beneficiários. Experiências bem-sucedidas em Maringá (PR) e São Bernardo do Campo (SP), assim como recomendações da OIT, CEPAL e PNUD, reforçam a pertinência de arranjos integrados que combinem formação, apoio técnico, incubação e redes de cooperação como meios eficazes de inclusão socioproductiva.

As conclusões desta dissertação demonstram que o CECAGER cumpre papel relevante na rede socioassistencial de Guaratuba, contribuindo de forma efetiva para a redução das desigualdades e para a valorização das capacidades locais. Contudo, sua efetividade pode ser

significativamente ampliada pela adoção de tecnologias sociais como o TRANSFORMA, capazes de articular de forma planejada diagnóstico, ação e avaliação.

Do ponto de vista técnico e financeiro, a proposta mostrou-se viável, sobretudo pela possibilidade de utilização da infraestrutura já existente, pela articulação com políticas municipais (como Cultura e Agência do Trabalhador) e pela potencial captação de recursos via IGD-SUAS e emendas parlamentares. Ainda assim, a continuidade do projeto depende da priorização política, do comprometimento da gestão pública e da participação ativa da sociedade civil.

Por fim, considera-se que este trabalho contribui não apenas para a avaliação do CECAGER, mas também para o debate sobre os caminhos da assistência social no Brasil, em especial na articulação entre proteção social, qualificação profissional e inclusão produtiva. A experiência analisada reforça que a efetividade das políticas sociais exige planejamento, inovação e compromisso com a transformação concreta da realidade, reafirmando a centralidade da Assistência Social como política de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. *et al.* Feiras solidárias e redes de economia popular: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 85-104, 2024.
- ALVIM, P. M. Assistência social: um direito ou favor? A construção da política pública no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 110-132, 2004.
- ANDRADE, E. L. D. **Inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos, 2010-2014**. Goiânia: IF Goiano, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2377>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- ARAÚJO, T. B.; LOPES, M. (org.). **Assistência social no Brasil: proteção social para além do Bolsa Família**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ARRETCHE, M. As políticas sociais nos governos do PT: a construção da inclusão social. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 347-386.
- ARRETCHE, M.; MARQUES, E. C. L.; FARIA, C. A. P. (org.). **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. São Paulo: Editora da Unesp, 2019.
- ASN PARANÁ. Sebrae/PR oferece atendimento especial para micro e pequenas empresas na Expoingá. **Agência Sebrae de Notícias**, Paraná, 6 maio 2025. Disponível em: <https://pr.agenciasebrae.com.br/cultura-empresadadora/sebrae-pr-oferece-atendimento-especial-para-micro-e-pequenas-empresas-na-expoinga>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BARBARINI, T. D. A.; MARIO, C. G. D. **Justiça social em saúde e qualidade de vida: um debate sobre distribuição e reconhecimento**. [S. l: s. n.], 2018. Disponível em: https://dl1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58106755/JUSTICA_SOCIAL_EM_SAUDE_E_QUALIDADE_DE_V-libre.pdf?1546518368. Acesso em: 13 out. 2024.
- BARBOSA, K. T. F. **Vulnerabilidade da pessoa idosa: desenvolvimento do conceito**. 2019. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19000>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEMFICA JUNIOR, C.; AUER, C. **Gestão social e políticas públicas: limites da eficiência neoliberal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Domicílios 2023**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: CGI.br, 2023b. Disponível em: <https://cetic.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011**. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude; altera as leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Dispõe sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único para Programas Sociais**: informações gerais e orientações. Brasília: Ministério da Cidadania, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único**: manual de orientações. Brasília, DF: MDS, 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Plano de Ação para Promoção da Cidadania 2024–2027**. Brasília, DF: MDS, 2024b.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Política Nacional de Assistência Social**: PNAS 2004. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadastro Único**: instrumento de gestão da informação e suas aplicações em políticas públicas. Brasília, DF: MDS, 2019a. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 29).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Informe Cadastro Único**, Brasília, DF, n. 51, set. 2024a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Cadastro_Unico/Informes/2024/Informe_Cadastro_Unico_N_51.pdf. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD**: Consulta, Extração e Cruzamento de Dados do CadÚnico. Brasília, DF, 2024c. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**: dados estatísticos 2025. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/cadastro-unico>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de políticas e programas**. Brasília, DF: MDSA, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticas_MDSA_online.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **II Plano Decenal de Assistência Social**: 2016–2026: proteção social para todos(as) os/as brasileiros(as). Brasília, DF: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**: Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/assistencia-social/suas/tipificacao>. Acesso em: 19 maio 2025.

CAMAYD, Y. R.; GULI, E. N. **Pobreza em famílias monoparentais chefiadas por mulheres**. [S. n.: s. l.], 2022. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85911599/482-libre.pdf?1652467142>. Acesso em: 13 out. 2024.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. **Procura por cursos de qualificação profissional no Cepercamp cresce 42% em 2023**. Campinas, 28 dez. 2023. Disponível em:

<https://campinas.sp.gov.br/noticias/100480/procura-por-cursos-de-qualificacao-profissional-no-ceprocamp-cresce-42-em-2023>. Acesso em: 7 jul. 2025.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018.

CASARIM, M. **Educação profissional e tecnológica: formação para o trabalho e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTO, A. Censo do IBGE: taxa de crescimento anual da população brasileira atinge menor nível da história. **G1**, São Paulo, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/centso/noticia/2023/06/28/centso-do-ibge-taxa-de-crescimento-anual-da-populacao-brasileira-atinge-menor-nivel-da-historia.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2025.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**. São Paulo: CGI.br, 2023.

COTRIM JÚNIOR, D. F. Individualismo e a produção de um comum: implicações neoliberais na seguridade social e possíveis mobilizações. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 44, p. 221-261, 2021.

CRUZ, J. D. R. **O impacto da vulneração na subjetividade das pessoas em situação de rua: colaboração da Bioética da Proteção**. 2018. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/7740>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia: um convite**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Qualifica Curitiba: capacitação para o trabalho**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://qualifica.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

FABIANI, P. J.; CARVALHO, D. F. Avaliação de impacto para inclusão produtiva no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação de Políticas Públicas**, [s. l.], 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO SEADE. **Empreendedorismo no Estado de São Paulo: perfil e políticas públicas**. São Paulo: Seade, 2022. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

GAIGER, L. I. Economia solidária, ativismo sociopolítico e democracia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 45, n. 249, p. 83-110, 2020.

GAIGER, L. I; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 35, n. 103, p. e3510304, 2020.

GARRIDO, N. C. As políticas públicas de educação profissional: o empreendedorismo do jovem no curso profissionalizante do CEPROCAMP/FUMEC em Campinas/SP. **Anais de Colóquios de Política e Gestão da Educação**, São Carlos, v. 5, p.403-416, 2024. Disponível em: <https://anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1167>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIOVANELLA, L. *et al.* **Política de saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

GONÇALVES, A. D. C. **O trabalho de pesquisadoras negras do grupo temático racismo e saúde da Abrasco**: uma revisão de escopo. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65676>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GUARATUBA. **Lei nº 1921, de 2022**. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Guaratuba: Câmara Municipal, 2022.

GUARATUBA. **Lei nº 2.118, de 30 de maio de 2025**. Institui a Política Municipal de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social SUAS no Município de Guaratuba e dá outras providências. Guaratuba: Câmara Municipal, 2025.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loiola, 2014.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Guaratuba. **IBGE Cidades**, Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>. Acesso em: 1 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua: Educação 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2018a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de avaliação**: inclusão produtiva urbana. Brasília, DF: IPEA, 2018b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 19 maio 2025.

KRAUSE, C. *et al.* **Programa Minha Casa Minha Vida**: avaliações de aderência ao déficit habitacional e de acesso a oportunidades urbanas. Brasília, DF: IPEA, 2023. (Texto para discussão, n. 2888). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/285010/1/TD2888.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAPOLLI, P. C. **Estratégias para a concepção de competências essenciais à luz do sistemismo no contexto da Indústria 4.0**. 2022. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/240938>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, A. P. S. A assistência social e a inclusão produtiva: a formação profissional como eixo estratégico. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 130, p. 259-276, 2017.

MARQUES, R.; OLIVEIRA, T. Desigualdade social e acesso aos bens essenciais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 123-139, 2021.

MARTINS, J. S. **A seguridade social no Brasil: uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Cadernos de inclusão produtiva: experiências e estratégias de municípios e estados**. Brasília, DF: MDS, 2019b.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Programa Qualifica Mulher**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/qualifica-mulher/inscricoes-abertas>. Acesso em: 3 abr. 2025.

MORAES, Mi.; LIMA, P. H. **Coworking: espaços de trabalho compartilhados, inovação e empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MURARO, A. *et al.* **Estratégias de longo prazo para promoção do equilíbrio financeiro e atuarial de regimes próprios de previdência social**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2022.

NASCIMENTO, V. B. D.; ARANTES, A. C. V.; CARVALHO, L. G. D. Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2022.v31n3/e210024pt/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NETTO, J. P. **O SUAS e a Política de Assistência Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, A. L. *et al.* As contribuições da UFPR Setor Litoral trazidas à região litorânea do Paraná a partir da implementação de seus cursos: uma análise sob a perspectiva dos (as) egressos (as). In: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (org.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília, DF: Ipea, 2022.

OLIVEIRA, C.; SANTOS, F. Economia solidária e a construção de redes cooperativas. **Cadernos de Desenvolvimento Social**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 67-80, 2019.

OLIVEIRA, M. F. **Assistência social: política e prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Genebra: OIT, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 14 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: OIT Brasil, 2018.

PAIM, J. S. *et al.* O Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1723-1730, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09172018>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PARANÁ reduz analfabetismo, mas ainda tem pior índice no Sul do país. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/parana-reduz-analfabetismo-mas-ainda-tem-pior-indice-no-sul-do-pais-3250749e.html?d=1>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PARANÁ. Governo do Estado. Estado leva qualificação para pessoas em situação de vulnerabilidade para Maringá. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Estado-leva-qualificacao-para-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-para-Maringa>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família. **Inclusão Produtiva Solidária**. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Inclusao-Produtiva-Solidaria>. Acesso em: 28 maio 2025.

PAUGAM, S. **As formas elementares da pobreza**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, A.; SILVA, M. (2018). Desenvolvimento local e oportunidades econômicas: desafios no contexto brasileiro. **Cadernos de Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2018.

PEREZ, S. T. *et al.* **Um estudo sobre os processos de educação cooperativista na cooperativa Cresol Vale Europeu**. 2021. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231035>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PINHO, R. J. D. **População em situação de rua e o mundo do trabalho: (im)possibilidades de transposição da linha abissal?**. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12685>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório Especial 2023: 25 anos: desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, DF: PNUD, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-especial-2023-25-anos-desenvolvimento-humano-no-brasil>. Acesso em: 7 jul. 2025.

RECIFE. **Prefeitura abre mais 618 vagas de cursos profissionalizantes através do Qualifica Recife**. Recife, 20 mar. 2025. Disponível em:

<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/20/03/2025/prefeitura-abre-mais-618-vagas-de-cursos-profissionalizantes-atraves-do>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ROCHA, D. C. **O contexto histórico-social do trabalho dos sujeitos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Dois Vizinhos-PR**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020.

SAMPAIO, K. S. *et al.* **A história recente do sistema digital público do Estado brasileiro e as dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários para os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba (RJ)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SANTOS, M. C. M. D. **Educação e vulnerabilidade social no município de Campos Belos/GO**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3799>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, M. L.; ALMEIDA, J. G. A política pública de economia solidária no município de Maringá-PR: desafios e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 18, n. 122, p. 145-165, 2017.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. **Programa Conexão com o Trabalho de São Bernardo qualifica jovens em vulnerabilidade social**. São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/noticias/programa-conexao-com-o-trabalho-de-sao-bernardo-qualifica-jovens-em-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo. **Programa Qualifica Mais SBC**. São Bernardo do Campo, 2024. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sdect/qualifica-mais-sbc>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. **Seminário destaca economia solidária com apoio da Prefeitura de São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Plataforma Qualifica SP**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.qualificasp.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Empreenda Fácil**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://empreendafacil.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cidade Empreendedora**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedora>. Acesso em: 28 maio 2025

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Programas de capacitação e empreendedorismo no Paraná**. Curitiba: Sebrae/PR, 2025a.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **Portal SENAI**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai>. Acesso em: 19 maio 2025.

SILVA, A. P. Gestão eficiente de recursos em programas sociais. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 45-60, 2017.

SILVA, A. R. *et al.* Qualificação profissional como estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 45-59, 2022.

SILVA, J. *et al.* A utilização de dados do Cadastro Único na formulação de políticas públicas municipais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2021.

SILVA, J.; MEDEIROS, C. Incubadoras sociais e articulação intersetorial: o caso de Maringá (PR). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 55-72, 2023.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino americano e questões para a realidade brasileira**. Brasília, DF: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2605).

SIMÕES, A. C. R. *et al.* Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho: uma análise por sexo e por cor para o Brasil entre 2016 e 2023. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 29-54, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reoeste/article/view/79430>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, C. A.; SILVA, R. M. **Benchmarking de políticas públicas: conceitos e práticas**. São Paulo: Editora Exemplo, 2020.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SOUZA, M. L. **Assistência social no Brasil: uma análise da política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G. **Estimativas de famílias pobres e de baixa renda para o Cadastro Único**. Brasília, DF: Ipea, 2024. (Texto para discussão, n. 3071). Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/td3071-port>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SPOSATI, A. (org.). **Inclusão produtiva e assistência social: experiências e desafios**. São Paulo: Cortez, 2015.

SPOSATI, A. **Políticas de inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, A.; MONTEIRO, M. (org.). **Assistência social: política e pública**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2017.

TEMPLATEMONSTER. **Modelos de site e temas para WordPress e mais.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.templatemonster.com>. Acesso em: 19 maio 2025.

THEMEFOREST. **Templates profissionais para sites e aplicações.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://theforest.net>. Acesso em: 19 maio 2025.

UNISOL BRASIL. **Economia solidária do grande ABC:** programa geração de trabalho e renda ECOSOL. São Bernardo do Campo: Unisol Brasil, 2024.

VIEIRA, R. K.; QUADROS, D. A. (In) Segurança alimentar e nutricional das famílias que buscam atendimento nos centros de referência em assistência social em Guaratuba/PR.

Continentes, Seropédica, n. 24, p. 287-311, 2024.

YASBEK, M. C. A assistência social no Brasil: um direito em construção. *In*: BRAVO, M. I. S.; PAZ, L. R.; BEHRING, E. R. (org.). **Política social:** a hegemonia neoliberal e a questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.